

D
M. 1171-197
MFN 1171

MURILO FERREIRA DA SILVA

147

**DINÂMICA CAMPONESA: PROCESSO DE REPRODUÇÃO, INTEGRAÇÃO E
DIFERENCIAÇÃO NA COMUNIDADE RURAL DE PEDRA ROXA, IBITIRAMA-ES**

Dissertação apresentada a Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Administração Rural, área de concentração Administração e Desenvolvimento, para obtenção do título de "Mestre".

Orientador:

Prof. AUREO EDUARDO M. RIBEIRO

**LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
1997**

Ficha Catalográfica preparada pela Seção de Classificação e Catalogação da
Biblioteca Central da UFLA

Silva, Murilo Ferreira da

Dinâmica camponesa: processo de reprodução, integração e diferenciação na comunidade rural de Pedra Roxa, Ibitirama-ES / Murilo Ferreira da Silva. -- Lavras: UFLA, 1997.

71P.: il.

Orientador: Eduardo Magalhães Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) - UFLA.

Bibliografia.

1. Administração rural 2. Comunidade rural. 3. Campesinato. 4. Capitalismo. 5. Sociologia rural. 6. Aspecto sócio-econômico. 7. Agricultura familiar. 8. População rural. 9. Pedra Roxa - Ibitirama - Espírito Santo. 10. Trabalhador rural. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-630.68

-301.35

MURILO FERREIRA DA SILVA

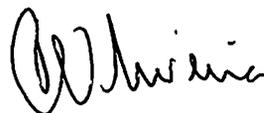
**DINÂMICA CAMPONESA: PROCESSO DE REPRODUÇÃO, INTEGRAÇÃO
E DIFERENCIAÇÃO NA COMUNIDADE RURAL DE PEDRA ROXA, IBITIRAMA-ES**

Dissertação apresentada a Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Administração Rural, área de concentração Administração e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

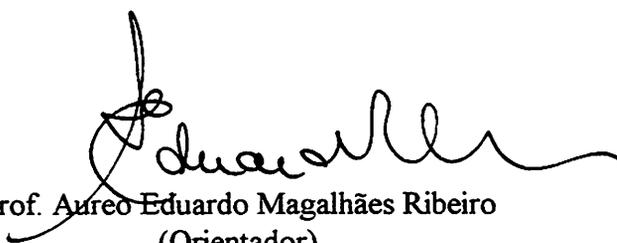
APROVADA: 09 de julho de 1997



Prof. Jovino Amâncio de Moura Filho



Prof. Luis Carlos Ferreira de Souza Oliveira



Prof. Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro
(Orientador)

À minha esposa, Daniela

OFEREÇO

“Se o direito é construído sobre o torto, sobre a usurpação do direito do outro, desvenda para o outro o seu direito” (J. de S. Martins, Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis: Vozes, 1986:11).

Aos meus pais, Arino e Marilza

DEDICO

AGRADECIMENTOS

O autor expressa seus agradecimentos:

À Universidade Federal de Lavras;

Ao Departamento de Administração e Economia da UFLA;

Ao Professor Orientador - Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro;

Aos Conselheiros - Jovino Amâncio de Moura Filho e Luis Carlos Ferreira de Souza Oliveira;

Aos colegas do Curso de Mestrado em Administração Rural e a todos que lhe dedicaram amizade;

À sua esposa, seu pai, sua mãe e demais familiares.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	iv
LISTAS DE TABELAS	v
RESUMO	vi
SUMMARY	vii
1 INTRODUÇÃO	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1 Camponato, sua existência no feudalismo e sobrevivência no capitalismo	4
2.2 Esboço Histórico do camponato no Brasil	13
2.3 A agricultura no processo brasileiro de industrialização	18
2.4 Dinâmica Camponesa	24
2.5 Procedimento de campo	28
3 ANÁLISES E DISCUSSÕES	32
3.1 O Espírito Santo: povoamento e a expansão da cultura do café	32
3.2 O município de Alegre e Ibitirama	36
3.3 A comunidade da Pedra Roxa	38
3.4 Meio ambiente e natureza	40
3.5 Família e herança	48
3.6 Organização do trabalho	52
3.7 Comunidade, cultura, religião, política	56
3.8 Relação com mercados e integração	58

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
4.1 Agricultura Familiar e Administração Rural	62
4.2 Agricultura Familiar e Sustentabilidade	63
4.3 Agricultura Familiar e Economia de Mercado	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

LISTA DE TABELAS

Tabela		Página
1	Espírito Santo; distribuição dos 20.941 imóveis rurais recenseados, segundo a nacionalidade dos proprietários, 1920	34
2	Espírito Santo; exportação de 1918	35
3	População total, urbana e rural do município de Alegre e Ibitirama, segundo Censos	37
4	Condição do pessoal ocupado na comunidade de Pedra Roxa, segundo sexo, 1996	39
5	Caracterização de meses secos, parcialmente secos e úmidos, na região da Serra do Caparó-ES	41
6	Comunidade de Pedra Roxa, produtores rurais, percentagem de produtores, área total, percentagem de área total e área média, segundo classes de área, 1996	51

RESUMO

SILVA, Murilo Ferreira da. **Dinâmica camponesa**: processo de reprodução, integração e diferenciação na comunidade rural de Pedra Roxa, Ibitirama-ES. Lavras: UFLA. 71p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural)*

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a dinâmica da comunidade rural de Pedra Roxa, Ibitirama-ES, através das normas de sucessão e cultura que regulam o processo de reprodução da família camponesa, por meio do desenvolvimento de técnicas e ajustes ao meio econômico e natural, que definem um espaço de autonomia diante das forças do mercado. Este estudo inicia-se pela caracterização da sociedade camponesa sob a dominação de forças externas e analisa o destino dessa sociedade no capitalismo. O campesinato foi definido como um grupo social específico, com uma cultura e sociabilidade específicas, onde a força de trabalho da família camponesa constitui-se no elemento de maior importância do sistema de produção agrícola. Em seguida, definiu-se as condições de existência do campesinato no Brasil, desde sua situação de existência secularmente oprimida pelo domínio da fazenda até o processo de modernização conservadora, patrocinado pelo Estado, que bloqueou o desenvolvimento da agricultura de tipo familiar e favoreceu o capital e a grande propriedade territorial, aumentando a concentração de terra e renda na agricultura. Verificou-se na comunidade em estudo três sistemas técnicos em curso, que são responsáveis por um determinado espaço de autonomia camponesa diante da exploração do mercado. São eles os sistemas de exploração de várzea, meia-encosta e encostas elevadas. Cada um deles, com técnicas, objetivos e destino da produção específicos, responde pelas formas de ajuste e equilíbrio na utilização dos recursos do meio ambiente.

*Orientador: A. Eduardo Magalhães Ribeiro. Membros da Banca: Jovino Amâncio de Moura Filho, Luis Carlos Ferreira de Souza Oliveira.

ABSTRACT

Peasant Dinamycs: Process of reproduction, integration and differentiation in the rural community of Pedra Roxa, Ibitirama - ES.

This research aimed to analyse the dynamics of the rural community of Pedra Roxa, Ibitirama - ES, through the guidelines of succession and culture regulating the reproduction of peasant family by means of the development of technics and adjustment to the economical and natural setting, which regard an autonomy space before the market forces. This study is started by the characterization of the peasant society under the rule of external forces and analyses the destiny of that society into capitalism. Peasant ship was regarded as a particular social groups, as a particular culture and sociability, where labor power of the peasant family turned into the element of greatest importance of the agricultural production system. After wards, the existence conditions of peasant ship in Brazil were definied, since its existence situation centurily oppressed by the estate dominion until the conservative modernization process, sponsared by the State, which blocked the development of familiar type farming and favored the capital and state of great acreage, increasing the land an income concentration in farming. It was found in the community under study, three technical systems in progress, which are responsible by a given space of peasant autonomy before the market exploration. They are the exploration systems of lowland, half slope and high slopes. Each of them, with particular technics, objectives and destination of production, accounts for the adjustment and equilibrium in utilizing resources of the environment.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do princípio de que toda sociedade camponesa está sujeita à extração do excedente agrícola por um sistema econômico dominante. No feudalismo o camponesinato era obrigado a pagar ao senhor que detinha o título territorial, um aluguel para obter a licença de plantar sobre a terra, pagando em espécie porção subtraída de sua produção, ou em trabalho que era exercido sem remuneração na plantação deste senhor. O capitalismo estabeleceu outra forma de exploração, são as relações de troca desiguais do mercado, principais responsáveis pela extração do excedente. Ao colocar seu produto à venda no mercado, recebe uma parte inferior ao seu valor integral, sendo a outra expropriada pela acumulação capitalista.

Poderosas forças externas atuam no sentido da desestruturação da ordem interna da sociedade camponesa, comprometendo sua sobrevivência. Contudo, o camponesinato desenvolve diversas estratégias de resistência contra as potenciais mudanças e inovações ameaçadoras. Para isso, são as formas específicas de cultura e sociabilidade que desempenham um papel importante na definição de uma organização social empenhada em oferecer alternativas de permanência e melhores condições para a reprodução das unidades (Wolf, 1976).

Autores como Lênin (1982) e Kautsky (1968) analisam o processo de ampliação do capital na agricultura e o destino que ele guarda à unidade de produção camponesa. Estes estudos apontam para a homogeneização do espaço agrário com o crescimento das relações capitalistas de produção e eliminação da pequena exploração pela grande, que segundo os autores citados é mais eficiente e racional. Chayanov (1974) questiona essa tendência, afirmando que a unidade camponesa não se orienta pela obtenção de uma taxa média de lucro capitalista, mas sim pela satisfação da necessidade de um consumo mínimo da família. Sendo assim, ela se submeterá a uma alta carga de trabalho para atender a esta finalidade. Diz ainda que a força de trabalho da família é o elemento mais importante dessas unidades, superando as atribuições dadas à mercadoria, extensão de terras, disponibilidade de meios de produção e fertilidade do solo.

A implantação no Brasil de uma economia agrário-exportadora, baseada no trabalho escravo, limitou as condições de existência dos camponeses no país, que seriam: os sitiantes, pertencentes a alguns “nichos” raros de economia mercantil; os posseiros, que viviam ocupando terra na fronteira agrícola até a chegada do grileiro que os expulsava para mais além; os agregados e meeiros, inseridos nos latifúndios e regulados por um complicado jogo de trocas e favores; a condição de colono, utilizados para a ocupação de áreas no Sul, Mato Grosso, Espírito Santo e partes de São Paulo (Martins, 1981).

O monopólio da terra criou uma ordem social baseada no domínio da fazenda, que era um conjunto de famílias em uma esfera territorial e política centrada no poder do fazendeiro. Ela fortalecia sua hegemonia através da estabilidade de suas ocupações realizadas em quase todo o território, expulsando os posseiros, ou condicionando-os como agregados (Ribeiro, 1987).

Tal poder da terra só foi deslocado da hegemonia do Estado a partir de 1930, pela elite industrial-urbana. O processo de industrialização foi então patrocinado pela transferência de renda da agricultura para o meio urbano, um exemplo é a taxaço sobre as exportações de café. Apesar do deslocamento das oligarquias rurais do poder, houve um pacto, entre elas e o Estado populista de Vargas, no sentido da preservação do monopólio da terra e de manter intacta a estrutura fundiária no país. (Oliveira, 1988).

Nas décadas de 1950 e 1960 floresceram as Ligas Camponesas do nordeste, que foram responsáveis pelas lutas que levaram a um momento de discussão nacional em torno de um projeto de reforma agrária. O golpe de 1964 fechou as portas para um projeto popular de transformação estrutural do campo. De outro lado, nesta época iniciou-se a instalação do complexo agroindustrial brasileiro com o apoio e subsídio do Estado. O principal instrumento para criar mercados para os novos insumos, máquinas e equipamentos agrícolas foram os financiamentos a juros negativos concedidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural. Os grandes produtores e as regiões centro-sul do país concentraram a maior parte dos créditos (Wilkinson, 1986).

Apesar da crise desse padrão de financiamento no início de 1980, o projeto de modernização conservadora logrou realizar-se, tendo como protagonista o grande capital e a grande propriedade modernizada, que passaram a concentrar ainda mais a propriedade territorial, destinando-a, ora para a produção, ora para a especulação fundiária na perspectiva da valorização do título de terra acima dos demais títulos do sistema financeiro. A ação do Estado na agricultura

brasileira se caracterizou por favorecer a agricultura de tipo empresarial ao mesmo tempo que bloqueou o desenvolvimento da agricultura familiar. Apesar de excluída do processo de modernização, sua importância é bastante grande para a sociedade, em termos de produção, ocupação, relevância política e social (Delgado, 1985).

Em que pese o descaso do Estado com a agricultura familiar no país, de modo particular como ela surgiu no Espírito Santo, através da implantação de colônias de imigrantes estrangeiros na segunda metade do século passado, juntamente com imigrantes de outros Estados, como o Rio de Janeiro e Minas Gerais, em busca de terras virgens, riquíssimas em humus e praticamente livres à ocupar, favoreceu o surgimento de uma agricultura de tipo familiar e o fortalecimento da agricultura capixaba. Entretanto, com o excasseamento das terras, a exaustão do *fundo de fertilidade natural*, a elevação da densidade populacional no meio rural e a fragmentação das unidades familiares, trouxe, em décadas recentes, o problema da emigração para o meio urbano dos filhos que são excluídos do processo de herança.

Este trabalho teve por objetivo analisar as normas de sucessão e cultura que regulam o processo de reprodução da família camponesa, o desenvolvimento da técnica, as formas de ajuste ao meio econômico e natural, que definem um determinado espaço de autonomia diante das forças do mercado. O campesinato apresenta uma cultura e sociabilidade específica, fruto do intercâmbio entre famílias e pessoas, da dependência entre vizinhos que se reúnem em um mesmo espaço físico. Sua sobrevivência depende de um equilíbrio relativo entre suas necessidades e os recursos disponíveis no meio. A manutenção do equilíbrio exigirá soluções novas e adequadas diante das transformações no meio ambiente. (Cândido, 1975).

O principal problema teórico foi analisar como a evolução da sociedade capitalista afeta a organização interna da pequena produção familiar em uma comunidade rural. Os mecanismos de mercado interferem nas formas dos indivíduos obterem seus meios de vida e no equilíbrio das relações entre suas necessidades e os recursos naturais disponíveis, definindo outras necessidades e objetivos das famílias.. As transformações daí resultantes podem estar conduzindo a uma maior integração com o mercado, à marginalização, à pauperização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Campesinato, sua existência no feudalismo e sobrevivência no capitalismo

Um dos estudiosos clássicos de questões rurais, o antropólogo Eric Wolf, entende por camponês um cultivador rural sujeito à extração do seu excedente agrícola, que é transferido para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que o utiliza para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos de sociedade que não cultivaram a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços. Segundo ele, a adaptação ecológica do campesinato consiste numa série de transferências de alimentos e numa série de projetos que têm por finalidade a canalização de forças inorgânicas de energia para os processos produtivos. Essas duas séries juntas estabelecem um sistema de transferência de energia do meio ambiente para o homem. A esse sistema Wolf (1976, p.36) denomina um *ecótipo*:

“Para os nossos propósitos precisamos distinguir dois tipos de ecótipos: um, caracterizado pelo emprego de trabalho humano e animal; outro, caracterizado pela crescente confiança na energia proporcionada pelos combustíveis e os aperfeiçoamentos garantidos pela ciência. Podemos chamar o primeiro tipo, com sua confiança fundamental assentada nos organismos humano e animal, de ecótipo paleotécnico, e o segundo, de ecótipo neotécnico.”

Partindo desses estudos, Shanin (1980) sugere quatro características básicas para identificação do camponês:

1. A unidade rural familiar como organização básica econômica e social.
2. A agricultura como a principal fonte de sobrevivência.
3. A vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais.
4. A situação oprimida, isto é, a dominação e exploração por poderosas forças externas.

Dessa forma, Shanin enfatiza que o cerne das características determinantes do camponês parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Procura demonstrar, entretanto, que a generalização do conceito não implica obviamente na homogeneidade dos camponeses.

Para Martins (1981), a palavra camponês procura expressar a unidade da situação de classe e, sobretudo, procura dar unidade às lutas dos camponeses. Enraizado numa concepção de história, das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais, o camponês procura também seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade. Por isso, não é apenas um nome usado para a população rural, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

Obviamente, existem diferenças entre o campesinato de diferentes períodos históricos, regiões e modos de produção. No feudalismo a principal característica da sociedade camponesa era a obrigação de pagar tributos aos senhores feudais, em forma de moeda, trabalho, ou gêneros alimentícios, pela utilização das terras que cultivavam e nas quais viviam, cuja jurisdição era de domínio de um determinado nobre. Em troca recebiam proteção e favores concedidos com a finalidade de estreitar as relações antagônicas entre as duas classes e, dessa forma, amenizar a principal contradição do sistema, que era a apropriação do trabalho excedente do camponês por aqueles que exerciam o domínio sobre a terra (Wolf, 1976).

Este mesmo autor afirma que a diferença básica da sociedade camponesa feudal da sociedade primitiva, estava na produção de um fundo de aluguel pela primeira. Este era um ônus pago mediante exigências externas ao trabalho agrícola em uma sociedade de grupos que se apropriaram do poder, usando-o para transferir rendas dos grupos dominados para seus pares. Assim, para Wolf (1976, p.24):

“O que é perda para o camponês é ganho para os detentores do poder, pois o fundo de aluguel levantado pelo camponês é parte do “fundo de poder” através do qual os dominadores se alimentam.”

A ordem social estabelecida pelo regime feudal se sustentava através da produção de um excedente camponês, tanto de gêneros alimentícios, como de produtos de artesanato. O campesinato se constituía no principal fornecedor de alimentos à população não-agrícola; de outro lado, estes agricultores viviam confinados em um domínio territorial onde cultivavam o solo usando técnicas mais ou menos extensivas, objetivando descansar as terras em sistemas de pousio.

A combinação da criação de animais domésticos com culturas agrícolas possibilitou o uso do esterco para fins de adubação, com isso diminuindo o período de tempo necessário ao descanso do solo.

As grandes transformações que ocorreram no mundo sob a direção do comércio capitalista, como o surgimento das grandes cidades, de grandes manufaturas, o aprofundamento da divisão do trabalho, entre outras, resultando também no crescimento da população, trouxeram uma enorme exigência por alimentos, demanda essa que o modo de produção feudal era incapaz de atender. A racionalização da agricultura baseada no uso de novas técnicas promoveu uma desestruturação e uma conseqüente transformação do regime feudal. A partir daí surgiram empreendimentos que utilizavam trabalho assalariado e que se orientavam pela extração do máximo rendimento na agricultura, em contraposição às formas tradicionais de existência social e econômica do campesinato. Diz Wolf (1976, p.57):

“(...) a introdução de novas técnicas de cultivo condenou também o campesinato à regressão. Os camponeses adotaram muitas das inovações, mas não mais produziram a maioria dos lucros e aluguéis sobre os quais estava fundada a ordem social.”

A passagem ao capitalismo pressupunha a mudança técnica da agricultura, isto é, cada vez mais foi-se utilizando de sistemas neotécnicos de elevada intensidade do uso do solo, em detrimento dos sistemas paleotécnicos de baixa intensidade.

Este processo é estudado por Boserup (1987), que situa dois extremos de intensidade do uso da terra: um é extensivo, onde a cada um ou dois anos de cultivo segue-se um período de pousio de pelo menos vinte anos; o outro extremo é intensivo, quando uma terra cultivada oferece, no mínimo, duas colheitas por ano. Indo mais além, a autora estabeleceu um *continuum* de intensidade do uso da terra em cinco grupos:

1. Cultivo em pousio longo ou florestal. Planta-se sobre as cinzas da floresta queimada por um tempo de um a dois anos. Em seguida a terra deve permanecer em descanso por um período de vinte a trinta anos até que a floresta invada novamente.

2. Cultivo com pousio arbustivo. A diferença básica do sistema anterior é pelo fato do tempo de pousio ser mais curto, de seis a dez anos. Portanto, de tempo insuficiente para se formar uma floresta verdadeira.

3. Cultivo com pousio curto. A terra é deixada em repouso por um período de apenas um a dois anos, o suficiente para crescer nada além de capim e mato rasteiro.

4. Cultivo anual. A terra é deixada em repouso somente entre a colheita e o plantio seguinte, embora não seja usual considerar esse sistema como sendo um sistema de pousio.

5. Cultivos múltiplos. Colheita e plantio se sucedem num curto espaço de tempo, desde que a mesma área suporte duas ou mais lavouras ano após ano.

Boserup (1987) associa a pressão demográfica à intensificação do uso da terra, isto é, à medida que se eleva a densidade populacional de um país, ou região, há uma queda obrigatória no tempo de pousio no sistema de cultivo dos agricultores até chegar ao cultivo anual e cultivos múltiplos que impedem o repouso. A redução do tempo de pousio seria determinada pela escassez de terra causada pela elevação da densidade populacional, e essa redução viria acompanhada pela utilização de técnicas mais intensivas de uso do solo, como o uso do arado e outros implementos.

Desse modo, o aumento da população foi um dos principais fatores que determinaram o fim do feudalismo, pois esse sistema era incapaz de produzir alimentos suficientes para uma população não-agrícola cada vez mais em expansão; exigia-se, assim, mudanças estruturais na agricultura que possibilitassem a produção mais intensiva de alimentos. Portanto, o crescimento demográfico pode ter acelerado a passagem do sistema de pousio para os de cultivos anual e múltiplos, baseados em técnicas agrícolas modernas, ou neotécnicas. De outro lado, a revolução industrial e a renovação da ciência e tecnologia se encarregavam de inventar novos equipamentos e máquinas que vieram a substituir, em grande parte, a mão-de-obra e a potencializar os processos produtivos na agricultura.

As relações assimétricas a que os camponeses foram submetidos no feudalismo, obviamente, adquirem novas formas, e mais sutis, sob o capitalismo. O primeiro momento da adaptação a esse sistema ocorre quando a terra se transforma também numa mercadoria e somente por meio de compra o camponês pode tornar-se proprietário. Portanto, o capitalismo cria uma nova forma de domínio sobre a terra, que é o domínio mercantil. Conforme, ainda, Wolf (1976, p.79):

“ [...] a terra é vista como propriedade privada do seu possuidor, considerada uma entidade a ser comprada, vendida e usada com finalidade de produzir lucro para seu proprietário [...]. O domínio mercantil, como qualquer outro domínio, reivindica sobre a terra o direito de coletar tributos pelo seu uso, o que se chama comumente aluguel.”

A transformação do solo em mercadoria, sendo que este não foi produzido pela mão do homem, criou o conceito de “propriedade territorial”; entretanto, o modo de produção capitalista pressupõe a separação dos produtores diretos dos seus meios de produção. Isto resulta que, sendo a terra um desses principais meios, é de se esperar que o capital o tome para si em forma de propriedade territorial. O monopólio da terra pelo capitalismo tende a criar uma massa de proletários destituídos dos meios de produção resultante da desapropriação do campesinato.

O campesinato fica também sujeito a uma extração de excedente, que o condena a uma vida de muito trabalho e privações de consumo. A explicação para isso é que o avanço tecnológico leva a um crescimento da oferta dos produtos agrícolas e uma queda geral dos preços, dificultando para a unidade camponesa a obtenção de uma taxa média de lucro. Se tal unidade ainda se situa em um baixo nível tecnológico, isso leva o camponês a aumentar a carga de trabalho, já que a quantidade de terra igualmente lhe é limitada. Uma outra resultante que pode acontecer, quando até a força de trabalho é insuficiente para elevar a produção, é a redução do consumo.

O processo de transformação do solo em mercadoria teve como principal meio a violência. Esta foi praticada pelos detentores do poder com o apoio e a complacência do Estado, se constituindo no instrumento mais utilizado para a apropriação indevida de grandes extensões. Não importava a forma anterior de sua utilização, muito menos quem as habitava, se eram camponeses, ou povos primitivos; o importante era adequá-las ao modo de produção capitalista. Populações inteiras foram expulsas de suas moradas no campo e deslocadas para as periferias das grandes cidades, engrossando o chamado “exército industrial de reserva”, que seria o conjunto dos trabalhadores sem ocupação à espera de emprego e sujeitos a oferecer a sua força de trabalho a um preço inferior ao corrente no mercado (Marx, 1975).

No estudo do clássico modelo inglês dos séculos XVI a XVIII, Marx revela as principais nuances desse processo, que ele chama de “acumulação primitiva”, que seria a formação do capital a partir de processos não-capitalistas. Segundo Marx (1975, p.831):

“Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo”

Não convém detalhar a “acumulação primitiva” do capital, mas apenas citá-la como um dos principais mecanismos que aniquilaram muitas das sociedades camponesas pré-capitalistas. Portanto, foi a necessidade de criar um exército de desocupados e prontamente disponíveis ao capital, a qualquer preço, que motivou a ação do Estado por diversos mecanismos, entre eles a força, para a expropriação do campesinato e sua proletarização.

Se, por um lado, o resultado era uma queda dos salários urbanos em favor da acumulação industrial, de outro, a expulsão dos camponeses se caracterizava como uma verdadeira “limpeza” dos campos para a penetração do capital na agricultura. A agricultura passa a ser, então, um importante setor para a realização capitalista. Para isso, também, era necessário criar uma classe de proletários rurais que viessem a servir de mão-de-obra às empresas agrícolas.

As contradições entre as condições de existência do campesinato e o capitalismo levaram muitos autores a afirmar a tendência à sua extinção. Destes, certamente os mais importantes foram Lênin e Kautsky.

Lênin, o principal representante dos bolchevistas russos, travou uma polêmica com os socialistas “narodniks”, que ele chamava de “populistas”. Estes afirmavam que o desenvolvimento da Rússia não devia seguir o modelo ocidental, mas sim se construir a partir das comunidades camponesas denominadas “mir”. Lênin se contrapunha a esta tese, afirmando que estas comunidades - os “mir” - eram verdadeiros *estamentos*, baseados na propriedade comunitária e tradicional da terra, e que se constituíam num impedimento para o livre desenvolvimento das forças produtivas.

Além disso, afirma que a ruína dos camponeses e sua transformação em proletários provocaria um crescimento do mercado interno. Explica isso confrontando a renda do camponês pobre obtida em sua propriedade e a renda que ele poderia obter na condição de trabalhador assalariado. Assim, mesmo considerando que a renda desse camponês fosse bem maior do que a

de um assalariado, ele mostra que a parte destinada ao consumo de sua família é menor do que o que o assalariado destina. Para onde iria a parte não-consumida pelo camponês, então?

Decerto que, após passado o período da colheita, ele terá que preparar a terra para o próximo ano agrícola; é nesse intervalo que terá que fazer os reparos e manutenções dos seus equipamentos, assim como qualquer investimento necessário para recuperar o desgaste do solo, entre outros, o que consumiria uma parte considerável da renda desse agricultor. Portanto, o fato do assalariado destinar todo o seu salário ao consumo dos meios de subsistência seria algo mais que o camponês pobre destinaria, e isto contribuiria, então, para o crescimento do mercado interno.

Lênin acrescenta ao drama do camponês o fato dele ser compelido a colocar toda a sua família sob o jugo do mais árduo trabalho; sua mulher e até filhos pequenos não são poupados; o camponês levanta com o nascer do sol e lamenta não ter uma hora de luz a mais no fim do dia para poder continuar com os trabalhos. De outro lado, os assalariados lutam pela redução da jornada diária de trabalho, retardam ao máximo o início dos trabalhos e usam de todas as artimanhas para saírem mais cedo do serviço.

O estudo clássico dos camponeses russos do final do século XIX, realizado por Lênin, mostra como os camponeses tendem a se diferenciar, os camponeses ricos a se transformar na burguesia rural, os camponeses pobres, pela sua ruína, a se transformar em proletários, criando assim duas classes antagônicas no meio rural. Este processo resultaria na apropriação pelos camponeses mais ricos dos meios de produção - principalmente a terra - dos camponeses mais pobres, o que elevaria a produção e a produtividade no campo, já que tais meios passariam a ser submetidos às novas técnicas introduzidas por aqueles com recursos suficientes para isso, enquanto os pobres seriam incapazes de adotá-las (Lênin, 1982).

Kautsky, economista alemão do final do século passado e início deste, foi solicitado pelo Partido Social Democrata Alemão para interpretar a questão agrária de seu país com o objetivo de formular um programa agrário para o partido e este aumentar, assim, a sua influência entre o eleitorado do campo, já que o desempenho eleitoral dos sociais-democratas alemães junto ao campesinato era baixo.

Com isso ele escreveu sua famosa obra “A Questão Agrária”, em 1898, onde analisa o problema a partir da elevação da produção e da produtividade na agricultura. Estas são proporcionadas pelo progresso tecnológico e geralmente são seguidas de quedas nos preços dos

produtos agrícolas, prejudicando os pequenos agricultores e favorecendo àqueles que, através da economia de escala, conseguem obter margens de lucros, malgrado as limitações dos grandes empreendimentos na agricultura.

Paralelamente à tendência de queda geral dos preços dos produtos agrícolas, a maior integração e dependência aos mercados conduz a uma maior exigência por terras, elevando o seu preço, e a uma maior quantidade de gêneros alimentícios subtraídos do camponês para o pagamento de dívidas, impostos, juros, etc. Com a maior quantidade de bens que o camponês é obrigado a vender, aumenta também a massa dos elementos que devem ser retirados do solo, causando seu maior empobrecimento, obrigando o camponês a repor a fertilidade com insumos provenientes do mercado. Começa aí um problema, freqüentemente resultando num endividamento, do qual o campesinato não consegue mais se livrar, até perder sua terra.

Kautsky, então, em seu trabalho, procura demonstrar a inferioridade econômica da pequena produção agrícola e que o desenvolvimento da grande exploração capitalista tende a superar e eliminar a pequena produção (Kautsky, 1968).

De outro lado, Kautsky admite que a maior disponibilidade de terras em uma unidade camponesa, somado a uma maior utilização da força de trabalho pode tornar esta unidade apta a saldar suas dívidas, impostos e juros, acrescida ainda de algum recurso para investimento. Afirma, também, que em determinados ramos mais modestos da agricultura a pequena produção pode concorrer com a grande e que uma exploração cooperativa, apesar de ser menos desenvolvida entre camponeses, pode prolongar a existência da pequena exploração.

Alexander Chayanov, um economista russo, ofereceu outros elementos para as análises do campesinato e seu destino. Segundo Chayanov (1974), a taxa média de lucro capitalista não serve de parâmetro para avaliar a economia camponesa por esta possuir uma racionalidade própria, que não se guia pelo cálculo econômico capitalista, mas sim pelas necessidades de consumo da família.

Numa dada quantidade de terra e meios de produção ela tentará ajustar ao ótimo o grau de auto-exploração de sua força de trabalho; é o balanço entre o trabalho e o consumo que irá definir a quantidade de força de trabalho a ser gasta para a produção dos meios de subsistência das famílias. A intensidade de trabalho teria, então, uma utilidade marginal decrescente, à medida que as necessidades elementares de consumo familiar são atendidas. Diz Chayanov, (1974, p.47,48) que:

“(...) la composición familiar define ante todo los límites máximo y mínimo del volumen de su actividad económica. La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia. Por eso es que el límite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la máxima intensidad. De la misma manera, el volumen más bajo está determinado por el total de beneficios materiales absolutamente esenciales para la mera existencia de la familia.”

Ao questionar as análises que apontam para o fim do campesinato russo, Chayanov formula uma importante teoria referente ao entendimento do comportamento microeconômico do campesinato. Contrapondo-se às atribuições dadas à influência da mercadoria, à extensão de terras, à disponibilidade de meios de produção e à fertilidade natural do solo, diz que a mão-de-obra é o elemento tecnicamente organizativo de qualquer processo de produção camponês. Toma como fator principal a família que explora a unidade, que depende principalmente da idade de seus membros, e que seu crescimento, sujeito às leis biológicas, depende só em pequena medida da situação econômica familiar (Chayanov, 1974).

Assim, a família camponesa pode recorrer à máxima capacidade de utilização da força de trabalho para assegurar um mínimo de abastecimento alimentar que garanta a sobrevivência, mas não vai esgotar suas forças, isto é, se submeter a uma elevada penosidade do trabalho para outra finalidade que não a de consumo da família. Uma alternativa para o trabalhador camponês é recorrer ao mercado de trabalho quando o custo de oportunidade deste for melhor do que o de trabalhar na própria unidade, podendo assim, complementar a sua renda sem ter que desfazer de sua propriedade.

Dessa forma, e devido também à diversidade das relações sociais, existe, inequivocamente, uma grande capacidade do campesinato sobreviver e reproduzir em diferentes ambientes, regiões e modos de produção, que por razão de dominação de classes, lhes são “nocivos”. Se, por um lado, esta nocividade dos fatores externos pode também condenar os camponeses ao jugo da exploração, da expropriação e da transferência do seu excedente agrícola para as classes dominantes, por outro lado, não é prudente subestimar a forma particular como os camponeses vivem, produzem e participam desse sistema, podendo fazer intervenções que podem mudar, ou contradizer as tendências que apontam para a sua exclusão, ou eliminação patrocinada pela expansão capitalista, que por diversos mecanismos tem exercido transformações na

agricultura. Embora as pressões seletivas recaiam sobre as famílias favorecendo a sobrevivência de algumas unidades produtivas em detrimento de outras, o campesinato permanece nesse sistema, sobretudo pela sua capacidade de estabelecer relações culturais e sociais específicas que se destinam a preservar a comunidade em seu conjunto, como diz Wolf (1976, p.119):

“A comunidade adquire a forma de uma corporação, uma organização durável de direitos e deveres, mantida por um grupo de membros estável. E tenderá a lutar contra mudanças e inovações tidas como ameaças potenciais à ordem interna, que se esforça por manter.”

2.2 Esboço histórico do campesinato no Brasil

Segundo Martins (1981), a escravidão impunha a necessidade do monopólio rígido e de classe sobre a terra, para que os trabalhadores livres, os camponeses, mestiços, não viessem a organizar uma economia paralela, livre da escravidão e do tributo representado pelo recursos necessários à aquisição dos escravos que o fazendeiro pagava aos traficantes. A concorrência representada por uma economia de trabalho livre tornaria economicamente insuportável o trabalho escravo. A escassez de mão-de-obra e a necessidade de pagar pelos escravos faziam da fazenda escravista uma produtora de mercadorias de alta e imediata rentabilidade, como a que proporcionava a cultura da cana-de-açúcar, de grande expressão no Nordeste, e a cultura do café, no Sudeste. Ambas proporcionaram alta rentabilidade devido aos preços historicamente altos do mercado internacional. De outro lado, os camponeses (agregados, posseiros e sitiantes) se dedicavam a produtos alimentícios. Produziam basicamente para subsistência, mas era significativa, desde os tempos coloniais, sua participação em feiras locais e mercados regionais (Forman, 1979).

Através do comércio de escravos cobrava-se um tributo antes da produção e não depois. Assim, no período que se estendeu o escravismo, a principal condição para a produção, num engenho de cana, ou numa fazenda de café, era a propriedade de escravos, pois estes eram o fundamento da grande exploração agrário-exportadora que controlava a maior parte do setor rural brasileiro. Portanto, a propriedade da terra em si não se constituía em garantia de produção, mas o monopólio dela se fazia absolutamente necessário para barrar uma agricultura de tipo familiar e livre do ônus representado pela escravidão (Martins, 1981).

Como se sabe, a independência do Brasil não veio acompanhada de mudanças estruturais no país. O próprio sistema escravista, que era o sustentáculo de toda economia nacional, estendeu-se até 1888 e, apesar de não mais vigorar o regime de sesmaria, o monopólio da terra continuava a ser uma prerrogativa fundamental para a elite exercer o domínio sobre as outras classes que constituíam a sociedade brasileira.

Conforme ainda Martins, muito antes do fim da escravidão já havia a preocupação de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. A manutenção do trabalho cativo era resultado, ou tinha sua razão de ser associada à oferta quase ilimitada de terra livre. Era preciso criar obstáculos para que os trabalhadores livres, principalmente os imigrantes estrangeiros recrutados para suprir a escassez de força de trabalho proporcionada pelo fim do tráfico negreiro, não viessem a ocupar o vasto território brasileiro, dispersando-se e não se constituindo em força de trabalho que iria suprir as necessidades da fazenda, após a abolição da escravatura. Desse modo, as imigrações para substituição do trabalho escravo foram antecedidas pela Lei de Terras de 1850, que veio estabelecer que as terras até então não apropriadas se tornariam patrimônio do governo e a aquisição do título de propriedade só poderia ocorrer mediante a compra, conforme Martins (1981, p.42):

“... a imigração não surtiria o efeito esperado se os imigrantes encontrassem no Brasil vastas áreas de terras livres que pudessem ser simplesmente ocupadas, como ocorrera na primeira metade do século. A Lei de Terras transformara as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros. Os camponeses não-proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras, ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, pois, como assinalaria na época da abolição da escravatura um fazendeiro de café e empresário, a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudessem mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro.”

A Lei de Terras permitiu ao latifúndio dominar a terra legalmente e com força política e legal para expulsar sempre os camponeses. Sendo assim, num país onde a ocupação da terras não se determinava pelas regras do mercado, mas sim por múltiplas formas de apropriações informais, livres, coletivas, diferenciadas e limitadas, a questão financeira passou, então, a partir de meados do século passado, a determinar a legitimidade da propriedade, o que, evidentemente, era uma situação avessa às práticas do conjunto do campesinato acostumado ao posseamento livre da terra e marcado por uma permanente informalidade (Ribeiro, 1997).

Não que a Lei criasse o mercado de terras, pois a ocupação espontânea continuou a se registrar. Mas ela fundamentava o domínio que podia sobrepor-se então às posses e aberturas na fronteira agrícola da mata, de sorte que, menos de quarenta anos depois da Lei, foi possível abolir a escravidão, porque a boa terra cafeeira já era domínio privado ou, então, era cultural e politicamente inacessível ao trabalhador rural despossuído (Ribeiro, 1997).

O monopólio legal da terra criou uma ordem social injusta, dominada pela fazenda e pelo poder dos “coronéis”. O título de “coronel” designava um dos postos mais elevados da Guarda Nacional, extinta pela República. O coronelismo foi uma forma específica de poder político que floresceu durante a Primeira República, e cuja raízes remontam ao Império. A estrutura econômica e política não mudara e persistiam os chefes políticos locais mais prestigiosos ocupando tal posição. Um “coronel” importante constituía assim uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador, que servia de ponto de referência para conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores. Era elemento-chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e os subgrupos na estrutura social brasileira (Queiroz, 1985).

Para Ribeiro (1997), a fazenda teve um poder centrado no domínio do proprietário sobre uma vasta terra e também sobre as famílias repartidas nesse território com as quais se relacionava, ora como patrão, ora até como amigo. Havia famílias que necessitavam de favor e proteção, mas, requerendo isto, se submetiam ao mando do fazendeiro. Não era somente pelo poder do proprietário sobre a terra, mas, havia um conjunto de relações envolvendo favores e trocas que se efetivavam entrelaçando o fazendeiro a um grupo de famílias caracterizadas como sua clientela. Somente a criação de gado, ou a cultura do café, da cana, ou do cacau, também não definiam a fazenda, pois ela era bastante complexa na produção e em tudo mais. Portanto, não podia ser somente uma economia; além de dinheiro, terra, gado, escravo, ela possuía relações culturais que regulavam a si mesma e todo o meio rural sob sua influência. De acordo com Ribeiro (1997, p.20),

“Essa hegemonização da fazenda foi resultado da ocupação estável de quase todas as terras e da alteração da sua relação com a posse familiar. Houve, em muitos casos, uma subordinação da posse à fazenda, quando não uma incorporação: o fazendeiro chamou os posseantes à sua proteção e os recebeu como agregados. Passaram a ser subordinados, lavradores de seu próprio sustento numa terra dos outros que admitia sua presença - até, mais que isso, eram necessários, porque não havia fazenda sem agregado.”

Segundo ainda Ribeiro, na medida que a fazenda dominou grandes espaços rurais, a opção do posseamento ficou mais escassa. O sistema na roça precisava de áreas enormes para manter com tranqüilidade os terrenos em pousio e a fertilidade estável. A fazenda podia oferecer um desfrute permanente da terra dentro dos seus horizontes, mas a posse só conseguia isso deslocando-se no espaço. Para Ribeiro (1997, p.22,23),

“A fazenda brasileira foi resultado de aventura na fronteira agrícola e produto de uma natureza farta: a fertilidade explica a sua dinâmica; teve por base uma população camponesa excedente e móvel que se agregou na fartura e permitiu à fazenda construir seu domínio; [...] com variação de lugar, natureza, tempo e sujeito, sempre a fazenda foi marcada pelo poder pessoal, pela diversidade de produtos, pela liberalidade na repartição do uso da terra e enorme autonomia diante do mundo dos mercados. Foi um governo de terras e homens, premiado, afinal, em meados do século XX, quando o preço de terra substituiu o controle de homens e o mercado fundiário recompensou em dinheiro aos fazendeiro” (Ribeiro, 1997:22/23).

De outro lado restou aos camponeses quatro situações bastante definidas: a de sitiantes; a de posseiros; a de agregados e meeiros e a de colonos. Martins caracteriza cada uma dessas condições da seguinte forma:

1. A condição de sitiantes diz respeito a alguns “nichos”, raros de economia mercantil. Desde o período que antecedeu à abolição os sitiantes eram pequenos agricultores independentes e se caracterizavam por produzir gêneros para alimento e gêneros para comércio. Praticavam uma agricultura itinerante em busca de terras mais férteis. Comercializavam os excedentes da produção, ou então cultivavam gêneros comercializados como excedente, como o café, o tabaco, a aguardente e a criação de porcos.

2. A condição de posseiros caracteriza-se pela ocupação livre da terra nas áreas de fronteira agrícola. O posseiro sempre foi um excluído do direito à titulação da terra e, por isso, a chegada do fazendeiro, o que possuía o título legal, determinava a sua permanência como

agregado, ou a sua expulsão para outra região de fronteira, sempre no sentido do pôr do sol, até chegar outro fazendeiro para novamente o expulsar.

3. A de agregados e meeiros representa a condição de inserção nos latifúndios. O fazendeiro cedia terra e o direito de morada, em troca recebia serviços e produtos. A lealdade a ele era a garantia do recebimento de favores para as famílias agregadas. Os filhos eram submetidos à sua tutela e proteção pela relação de compadrio que envolvia a atividade religiosa. A reciprocidade de favores garantia ao fazendeiro prestígio político, pois quanto mais famílias agregadas em suas terras maior poder manipulação de votos nas eleições. Na condição de inserção como meeiro, este paga uma renda em dinheiro, ou espécie, ao proprietário em troca do direito de fazer as lavouras.

4. Por último, a condição de colonos, que foi a forma utilizada pelo governo para ocupação de terras nas áreas coloniais - Sul, Mato Grosso, Espírito Santo e áreas de São Paulo - onde as terras foram vendidas a colonos por companhias colonizadoras ou pelo próprio Estado. Entretanto, a imigração de colonos para os núcleos coloniais foi insignificante em relação ao número de trabalhadores-colonos que foram encaminhados às fazendas de café e que ultrapassou a casa do milhão em cerca de 30 anos após a abolição da escravatura. (Martins, 1981).

O monopólio da terra criou o domínio da fazenda, mas isto não eliminou o conflito fundiário. Ocorreram no Brasil revoltas camponesas que se caracterizaram pela extrema violência com que foram reprimidas, entre elas as revoltas de Canudos na Bahia, de Contestado na divisa de Paraná e Santa Catarina e a de Trombas do Formoso em Goiás.

Em Canudos, Antônio Conselheiro e seus adeptos foram combatidos e praticamente exterminados pelo Exército em 1896-7 a pretexto de que estavam defendendo o retorno da Monarquia. A Proclamação da República, em 1889, foi uma espécie de golpe contra a Monarquia, mas basicamente contra os republicanos civis, dado pelo Exército, que se considerava o guardião da República, e pela próspera fração de classe dos fazendeiros de café de São Paulo. Para os seguidores de Conselheiro a Proclamação da República era apenas a consumação da iniquidade dos fazendeiros, senhores de escravos, vingança contra a Monarquia que, pela mão da princesa Isabel, decretara a abolição da escravatura. Ao combater os republicanos, isto é, os militares e fazendeiros, os sertanejos de Canudos tinham certeza de estar combatendo os inimigos dos trabalhadores (Martins, 1981).

Em Contestado, no período de 1912 a 1916, houve uma guerra camponesa motivada pelas expulsões dos posseiros de suas terras por uma companhia responsável por promover o programa de colonização com a venda de terras a colonos estrangeiros. Além dos posseiros, participaram da guerra os operários desempregados da estrada de ferro e outros moradores da região. O líder da rebelião era José Maria e a região de disputa era nos limites entre Santa Catarina e Paraná, que considerou os seguidores de José Maria como invasores do território paranaense, mandando tropas da capital Curitiba para combatê-los (Martins, 1981).

A revolta de Trombas do Formoso ocorreu devido ao conflito entre os camponeses que ocuparam as terras às margens da estrada Transbrasiliana, em construção no município de Uruaçu, em 1946, e entre os fazendeiros que praticavam a grilagem das terras. Esta rodovia foi projetada como parte da Belém-Brasília e com a sua construção houve a valorização territorial, motivando o conflito. Entretanto, devido ao acordo entre militantes comunistas, que participavam da luta junto aos camponeses, e o governo do Estado de Goiás, que obteve apoio deles para a sucessão no Governo, houve um recuo das tropas estaduais, favorecendo a criação de um território dirigido pelo próprios camponeses (Martins, 1981).

O campesinato existiu em todo o Brasil como categoria social subordinada, eclipsada pela fazenda de gado, café ou cana. Dessa forma, a produção familiar passou a desenhar um espaço agrário brasileiro, em que pese a manutenção do latifúndio. Desenvolveram-se comunidades que funcionavam como pilares da sociedade rural, servindo de base histórica de colonização e povoamento do vasto território brasileiro.

2.3 A agricultura no processo de industrialização

A passagem de uma economia agrário-exportadora para uma economia de base industrial foi marcada pela transferência de ganhos para a indústria através da ação do Estado no período conhecido como de “substituição de importações”, de 1930 a final da década de 50. Para isso houve uma política de controle dos preços dos produtos da cesta básica de forma a baratear o custo de reprodução da força de trabalho urbana; ao lado disso, o Estado se encarregava de taxar as exportações, cuja pauta era composta em sua maior parte de produtos agrícolas, com destaque para o café. Além disso, manteve a moeda nacional valorizada diante do dólar para favorecer as importações de bens de capital; tais importações também tiveram subsídios; concedeu

empréstimos a juros baixos ao setor industrial, fazendo com que os financiamentos na agricultura fossem de maior custo; investiu na própria produção e infra-estrutura e regulou o preço do trabalho para a classe trabalhadora urbana, que passou a ser institucionalizado conforme a Lei. Convém acrescentar, ainda, que os trabalhadores do campo foram excluídos de tal benefício (Oliveira, 1988).

O golpe de 1964 não só derrotou a luta pela reforma agrária que vinha sendo travada até então, como também tornou redundante a sua principal justificativa para o crescimento da economia enquanto necessidade de expandir o mercado interno. A via preferencial adotada pelo Estado foi a de manter intacta a estrutura agrária e a de facilitar e subsidiar a entrada do grande capital na agricultura (Wilkinson, 1986). Como também afirma Guimarães (1982, p.17,18):

“...sob a influência de poderosas corporações multinacionais, interessadas na formação de um mercado para os insumos que elas produzem, a estratégia do desenvolvimento rural, até há bem pouco tempo centralizadas nas políticas de reforma agrária, vem passando por grandes mudanças na maioria dos países menos desenvolvidos, inclusive no Brasil. Seu centro de gravidade é agora a implantação de grandes empresas rurais “modernizadas”, ou seja, a transformação dos latifúndios tradicionais em latifúndios capitalistas, sem que isso se faça acompanhar de uma alteração essencial nas relações arcaicas de trabalho existentes. Embora em todos os países pobres ou menos desenvolvidos haja enorme disponibilidade de terras e de mão-de-obra, a estratégia agrária com que se pretende substituir os programas reformistas anteriores é uma estratégia anti-reformista e, portanto, poupadora de braços e de terras, fundada na mais sofisticada e na mais cara tecnologia.”

A via da transformação da agricultura pela modernização da grande propriedade foi adotada tendo como condicionante a aplicação de um pacote tecnológico que incluía as exigências de realização dos produtos das multinacionais do setor. A mecanização que se seguiu, o uso de químicos e outros insumos modernos foram responsáveis pela elevação da produtividade agrícola, ao mesmo tempo que trouxe o desemprego para o campo. Assim, a agricultura passou a dar suporte à crescente demanda dos produtos agrícolas pela cidade e a supri-las de trabalhadores que abandonaram o campo devido à economia de mão-de-obra que a modernização produzia (Sorj, 1980).

Ainda, segundo Sorj (1980, p.26), o setor rural foi forçado a se integrar à industrialização suprimindo os mercados urbanos emergentes com um vasto contingente de mão-de-obra oprimida historicamente pelo latifúndio:

“A integração econômica do setor agrícola no crescimento industrial foi [...] fundamental, não só em termos da liberação de força de trabalho mas também em termos das condições específicas em que ela foi liberada. Ou seja, a estrutura agrária brasileira fundada na grande propriedade deprimiu o salário e a renda do pequeno produtor tradicional, limitando as alternativas de emprego rural nas roças marginais e nos latifúndios, permitindo assim que o ponto de partida do salário industrial fosse muito mais baixo do que em economias onde o ingresso do trabalhador rural era mais alto.”

Ao enorme contingente de mão-de-obra disponível no campo, somou-se uma oferta ilimitada de terras em várias regiões de fronteira agrícola. A partir da viabilização desses dois fatores o Estado monta toda uma infra-estrutura necessária para a expansão capitalista, principalmente construindo uma ampla rede rodoviária integrando as várias regiões do país. Tudo isso favoreceu a expansão horizontal da ocupação no território com coeficientes de capitalização extremamente baixos. O capital se apropriou do excedente da agricultura de subsistência e, principalmente, do “trabalho morto” do posseiro, que é todo o trabalho de ocupar, desmatar, destocar, limpar o terreno para lavouras temporárias; o “proprietário” capitalista da terra chega e, de alguma forma, se apropria dos valores, a princípio dos produtos do produtor direto e, finalmente, subtraindo a renda da terra, após a expulsão do posseiro (Oliveira, 1988).

A preservação de antigas formas de produzir no campo em contraste com o processo de industrialização tardia baseada na utilização de tecnologias avançadas e poupadoras de mão-de-obra, foi uma das principais características da expansão do capitalismo brasileiro. Uma outra é que a criação de um setor de ponta como o grande responsável para revolucionar a economia brasileira aconteceu ao mesmo tempo em que o setor terciário foi requerido para absorver o excedente de mão-de-obra que o secundário criava. Conforme Oliveira (1988, p.44):

“A “especificidade particular” de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga “periferia” onde predominam padrões não-capitalistas de relação de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são ao longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema.”

Esse modelo então pode ser caracterizado como de transferência de renda e de trabalho da agricultura para o setor urbano. Dessa forma é que se criou condições para o surgimento de um D_1 industrial, que é o Departamento de Meios de Produção para a indústria. De outro lado também ocorria a transformação da base técnica da agricultura que era um processo que vinha desde o pós-guerra e mais intensamente na década de 50, que definiu um novo padrão tecnológico a partir de insumos importados. Basicamente, ocorre a elevação do uso de tratores e de adubos químicos como o NPK. Contudo, no final desta mesma década o país passa a contar com uma indústria de tratores que tinha como finalidade suprir a demanda interna. Iniciou-se, assim, o processo de modernização da agricultura com a implantação desta indústria e outras que formaram o D_1 agrícola - Departamento de Bens de Produção e Insumos Agrícolas. A partir daí formou-se o complexo agro-industrial brasileiro, com o setor à montante como carro chefe, que é o setor fornecedor de máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura, acompanhado, secundariamente, pelo setor à jusante, que é o setor de transformação das matérias-primas agrícolas. Apesar de já estar presente antes do processo de modernização, o setor à jusante só experimentou uma maior dinâmica e avanço tecnológico quando a própria agricultura foi capaz de melhorar a quantidade e qualidade dos seus produtos ofertados (Delgado, 1985).

O principal mecanismo que impulsionou o processo de modernização foi criado em meados da década de 60. Trata-se do Sistema Nacional de Crédito Rural, o SNCR, com a finalidade principal de ampliar a base dos produtores rurais para o consumo dos bens industriais na forma de um pacote tecnológico vinculado aos financiamentos, que foram concedidos a eles com taxas de juros negativas, inferiores à inflação. O sistema bancário passa a ser o principal fornecedor dos créditos à agricultura, em contraposição às fontes tradicionais ligadas ao capital comercial. Uma das principais fontes de recursos para estes fins tinha origem nos depósitos à vista dos bancos comerciais e do Banco do Brasil (Kageyama, 1990).

Dessa forma, o crescimento da economia e, conseqüentemente, da renda nacional, como o ocorrido no período de 67 a 72, favorecia bastante a captação desses recursos. Ao contrário, a partir de 79, o desaquecimento da economia, a inflação galopante e as altas taxas de juros internacionais contribuíram, tanto para a retração dos depósitos à vista em favor da poupança e de outros títulos remunerados, como para incapacitar o governo de expandir a emissão de moedas em favor do sistema. O resultado é uma mudança no padrão do financiamento

com a paulatina elevação das taxas de juros até elas se igualarem às taxas vigentes no mercado, operando-se, assim, uma efetiva privatização do crédito agrícola (Kageyama, 1990).

De um lado, o resultado dessa política para o conjunto do setor rural foi a exclusão de uma enorme massa de pequenos produtores do processo de modernização agropecuária. Não possuíam qualquer vínculo com o capital financeiro, acesso aos benefícios do crédito ou de preço mínimo, e muito menos estavam organizados em associações de produção ou comercialização. Por outro lado, os benefícios e privilégios ao grande capital aprofundaram extremamente a sua ação concentracionista no meio rural, devido a que, em sua essência, os créditos subsidiados foram altamente discriminatórios, de forma a privilegiar regiões e categorias de produtores, sendo altamente concentrado na região Centro-Sul do Brasil e nos grandes proprietários de terra. Além disso, foi selecionadas determinadas linhas de produtos, principalmente os de transformação industrial e os de exportação, colocando os produtos de consumo básico da população também em situação inferior. As principais regiões excluídas foram o Norte e o Nordeste, onde o montante dos créditos concedidos se caracterizaram mais por reforçar o capital comercial-usurário do que para promover a transformação do processo produtivo. Conforme Delgado (1985, p.60):

“ao lado dos processos modernizantes, patrocinados pelo Estado para a chamada agricultura capitalista, há também uma organização de interesses oligárquicos rurais, não necessariamente modernizantes, mas que dão uma base política de sustentação ao projeto de modernização conservadora. Assim entendemos, por exemplo, a generosa assistência fiscal e financeira à grande propriedade e ao capital comercial, principalmente nas regiões Nordeste e na “Fronteira Agrícola”, ainda que tal apoio financeiro não esteja necessariamente articulado à mudança na base técnica de produção rural.”

Toda a sorte de incentivos e benefícios ao grande capital foram suficientes para em curto espaço de tempo, promover as mudanças, de modo que a modernização expandiu os mercados rurais para a indústria ao mesmo tempo que intensificou a exclusão sócio-econômica de um enorme contingente de trabalhadores rurais e de pequenos agricultores, favorecendo o abandono dessas categorias do meio rural. O resultado para a agricultura foi uma forte concentração de renda tendo conduzido a um maior controle do setor por parte de grandes grupos econômicos aliados do capital financeiro e especulativo. Desse modo, apesar da crise do sistema de crédito oficial, foi realizado a transformação da agricultura liderada pelo grande capital. A via

principal foi a modernização das grandes propriedades, passando elas a adotar elevados níveis tecnológicos (Delgado, 1985).

As relações de trabalho tradicionais na agricultura, como parceria e colonato, foram perdendo cada vez mais espaço para as relações de trabalho assalariadas. Entre outras, surge uma categoria de grande peso para o proletariado rural, que são os chamados “bóia-frias”. Estes costumam ser, em grande parte, migrantes de origem nordestina, ou do Norte e Nordeste de Minas Gerais, que se dirigem principalmente para o Sudeste para trabalhos sazonais, como na época de colheita de café, ou corte da cana, por exemplo, e que após o término do prazo de trabalho não mais são aproveitados no serviço da fazenda, ou empresa rural, retornando à região de origem (Sorj, 1980).

O lado mais perverso de todo o processo de modernização foi a concentração da propriedade fundiária. À especulação fundiária foram destinadas vastas extensões, de outro lado a taxa de lucro passou a determinar grande parte das áreas para fins de produção. A imobilização de terras passou a se dar, assim, em dois sentidos: o primeiro é a busca dos rendimentos futuros que seriam obtidos na aplicação em mercados de terras; o segundo é a opção por não produzir numa determinada área quando a taxa de lucro não for a esperada. Desse modo, observa-se que o processo de “modernização conservadora” da agricultura não resolveu os problemas da produção de alimentos em seu conjunto. Até o presente as deficiências de abastecimento alimentar estão nitidamente manifestadas na desnutrição da população pobre do país (Delgado, 1985).

Apesar dos efeitos negativos deste processo para a agricultura familiar, promovendo um bloqueio ao seu desenvolvimento, esta passa por todo o processo enquanto forma particular de produção, como também continua ofertando produtos agrícolas independentemente da taxa média de lucro. A falta de políticas específicas e de proteção do Estado aos pequenos produtores não se traduz na sua insignificância, pois apesar da exclusão do processo de modernização, é grande a sua importância para a sociedade em termos de produção, ocupação e relevância política e social.

2.4 Dinâmica Camponesa

O campesinato sobrevive de formas diferenciadas: maior ou menor integração, localizado ou disperso, distante ou próximo dos centros urbanos, etc. Em todas as situações em que se encontra, enfrenta o problema da escassez da terra. Se é produtor integrado ao mercado, corre o risco de perder sua autonomia, senão a sua propriedade, pelos juros e endividamentos que advém da sua integração, com o agravante da terra não contemplar todos os herdeiros (Santos, 1978). Se é posseiro, não tem a legalidade da posse, enfrenta o monopólio da terra pela propriedade capitalista que o quer expulsar (Martins, 1981). Se é parceiro ou meeiro, vive subjugado e enfrenta da mesma forma a precariedade do acesso à terra (Martins, 1981).

Pela sua ambiguidade de produtor mercantil e autônomo, o campesinato pode ser analisado tanto à luz das forças de mercado quanto do ponto de vista da sua lógica interna. A extração do excedente agrícola, bem como a transformação da terra em mercadoria, são dois fenômenos frente aos quais as o camponês se depara e resiste. Para se contrapor aos processos de espoliação pelo mercado, o campesinato articula uma lógica interna assentada, principalmente, no trabalho da família, isto é, na sua força de trabalho, na necessidade de satisfação do consumo, na reprodução familiar, nas relações sociais e culturais e nas relações com o meio ambiente. Esses elementos são responsáveis pela constituição de uma lógica interna da família.

O campesinato constitui uma parcela expressiva da sociedade rural brasileira, embora pouco destaque receba em termos de economia de mercado. Isto porque o Estado se encarregou de fornecer subsídios e incentivos à empresa capitalista patronal no meio rural, assim como regulou as margens de lucro em favor do grande capital e, dessa forma, acabou bloqueando o desenvolvimento de uma agricultura de tipo familiar. Apesar disso, os camponeses continuam a produzir diversos gêneros, com destaque para os alimentos básicos que se destinam ao mercado interno (Delgado, 1985).

O estudo da dinâmica do campesinato seria então, em primeiro lugar, a análise das “tramas” internas que asseguram a reprodução da comunidade camponesa dentro de um sistema perverso e excludente. Em segundo lugar, análise das relações que a comunidade estabelece com o mundo exterior, já que tais relações podem caracterizar uma maior ou menor integração com o mercado. Em terceiro lugar, se a integração ao mercado estiver ocorrendo, ele age no sentido da desestruturação e perda de autonomia das famílias, levando-as a conflitos e interesses diversos,

decorrendo daí restritas possibilidades de ascensão social, ao mesmo tempo que proporciona a queda de muitos agricultores.

A reprodução do campesinato dentro do capitalismo se caracteriza por ser a reprodução de um grupo social específico, que se define sobretudo pela utilização da força de trabalho familiar, em função da maximização do consumo da família. Como o camponês não é um produtor capitalista de mercadorias e nem sua racionalidade é guiada pela taxa de lucro, a finalidade de sua produção é atender o suprimento familiar. A sua decisão de produzir desconsidera tudo o que é racional, do ponto de vista capitalista, para ter garantias de satisfazer as necessidades da família e, neste sentido, ele continuará produzindo em situações que um capitalista não se atreveria (Chayanov, 1974; Abramovay, 1990; Veiga, 1991).

Entretanto, existem camponeses integrados ao processo de produção de mercadorias. Mas, em que pese aqueles que experimentam ascensão social, grande parte são produtores que não possuem nenhum grau de autonomia, isto é, não tendo controle nem sobre as tecnologias utilizadas, vindo estas em forma de pacotes pelas empresas integradoras, nem sobre os preços dos produtos, já que tais empresas formam grandes monopólios com enorme poder de influenciar tanto os preços de compra dos produtos e matérias-primas agrícolas como os preços finais ao consumidor dos produtos elaborados e semi-elaborados. Geralmente, o que os camponeses integrados conseguem é somente a remuneração de sua força de trabalho, mas o sobretabalho e até parte da renda da terra são transferidos às agroindústrias (Wanderley, 1985; Santos, 1978).

A importância da família no trabalho é fundamental. Para isso a composição da força de trabalho determinará o grau de auto-exploração e do consumo de todos os membros familiares. A composição é dada pela relação entre o número de produtores e o número de consumidores. Se a relação estiver desfavorável, isto é, maior número de consumidores, indica que a família é nova e os filhos ainda não estão em idade de trabalho. Se a relação estiver favorável ao número de produtores indica que os filhos estão crescidos e trabalhando como adultos até a idade do casamento, quando irão formar, assim, uma nova família (Chayanov, 1974).

Não somente para o consumo se dirige a produção camponesa; desta será também subtraída uma parte para a formação de um “fundo social”, destinado ao cumprimento de uma série de relações sociais próprias da comunidade camponesa. Observa-se isso nas prendas concedidas nas festas religiosas; na solidariedade às famílias mais pobres através de doações de

gêneros alimentícios; nas relações de troca sem interesse lucrativo - realizadas quando um produto A excede ao necessário para uma família e esta estabelece uma troca por um produto B produzido por outra família, também em excesso; outras formas de relações envolvendo o fundo social pode ser observado quando as famílias se preparam para fins de casamento (Wolf, 1976).

O campesinato apresenta uma forma de sociabilidade e cultura própria, específica de uma dada comunidade, ou bairro rural, que seria um agrupamento de indivíduos unidos não somente por uma proximidade geográfica, mas também, de acordo com Cândido (1975, p.64,82), pelo

“...intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico, [...] o bairro é uma unidade de sítiantes caracterizando a vida econômica e social do proprietário estável, mas dependente dos vizinhos.”

O peso da própria família e do ambiente e os ajustes entre ambos definem grande parte da existência dela. De um lado, pela natureza das necessidades dos indivíduos, de outro, pelos recursos disponíveis para satisfazê-las. Diz ainda Cândido (1975, p.23) que:

“A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio.”

As transformações nos indivíduos e comunidades se dão por meio do trabalho e da técnica, que sempre estão mudando em função de renovadas e multiplicadas necessidades, em contraposição a renovados e multiplicados recursos necessários para satisfazê-las, resultando, freqüentemente, na mudança das relações entre homem e natureza. Sendo assim, o meio ambiente tem um peso fundamental na definição da técnica e do trabalho do homem (Cândido, 1975). Certamente as técnicas para áreas de matas definem um sistema de cultivo e uso do solo; outro tipo de sistema seria definido a partir das técnicas usadas em áreas de seca.

A disponibilidade dos recursos da natureza define parte das condições de existência da família, do trabalho e da técnica. De todos os recursos a terra é o mais importante, e no momento em que cresce o seu valor como mercadoria, torna-se cada vez menos disponível para o conjunto das famílias. A precariedade do acesso à terra atinge principalmente os herdeiros, cabendo a cada grupo familiar desenvolver uma estratégia de forma a resolver o conflito entre o acesso à terra por parte dos herdeiros e as condições que asseguram a reprodução familiar

(Moura, 1978). A precariedade do acesso à terra se dá por diversas formas, entre elas, pela elevação do seu preço, tornando mais difícil a compra, e pela queda da fertilidade natural do solo, o que se dá com a passagem a sistemas agrícolas mais intensivos em uso dos recursos naturais.

A integração do camponês aos mercados ou agroindústrias leva à sua subalternidade diante do capitalismo, onde as relações de troca desfavoráveis quase sempre conduzem a unidade familiar a uma situação de empobrecimento. A pauperização se dá pela ampliação do domínio do mundo das mercadorias, onde a chegada do capital reduz o espaço de produção agrícola do camponês, retira-lhe a terra e impõe o trabalho assalariado, em situação de maior precariedade. Tudo isso sendo promovido e incentivado pelo Estado para favorecer o desenvolvimento da grande empresa e do grande capital no meio rural brasileiro (Martins, 1981).

Além disso, a integração afeta toda a base de reprodução da família, levando também a uma redução do espaço familiar. Isto ocorre tanto pela insegurança que a especialização da produção acarreta, fazendo a família girar apenas em torno da produção da mercadoria, como pela maior submissão às leis do mercado, isto é, flutuação de preço, necessidades de empréstimos, juros altos, atravessadores, alto preço dos insumos no custo de produção, etc. (Kautsky, 1968).

Com o crescimento e expansão dos mercados, desenvolve-se uma estrutura de comercialização à qual o camponês recorre para obter parte dos meios de subsistência não produzidos por ele na sua unidade, assim como outros produtos de natureza industrial. O nível de consumo, a produção para autoconsumo, a aquisição dos instrumentos e meios de trabalho e a carga de trabalho da família camponesa na produção ficam, cada vez mais, dependentes dos níveis dos preços ditados pelo mercado, tanto das mercadorias vendidas aos camponeses, como das mercadorias deles compradas (Wanderley, 1985).

Apesar da sujeição aos mecanismos de transferência de renda para fora da unidade, existe um espaço de autonomia camponesa, segundo sua possibilidade de, usando o trabalho familiar, produzir sem lucro em sua própria terra, caso contrário, a produção familiar estaria crescentemente marginalizada dos circuitos comerciais, industriais e financeiros. Por isto resiste às piores situações de mercado (Kautsky, 1968). A autonomia da produção assegura as condições mínimas de reprodução da unidade familiar, no entanto, a integração tende a diminuí-la. Para Sorj (1980, p.64,65):

“Os produtores familiares, na sua luta pela sobrevivência como tais, são obrigados a se integrar de forma crescente às regras do jogo impostas pelo capital ao nível do próprio processo produtivo. Portanto, embora a produção familiar não seja gerada nem exista na sua especificidade, porque a ‘lógica do capital’ assim o determina, ao mesmo tempo, ela não fica alheia à dinâmica envolvente da acumulação capitalista que vai minando lentamente as especificidades sócio-econômicas e a autonomia que a pequena produção teve anteriormente.”

Uma vez que a comunidade camponesa passa a uma maior integração ao mercado ela fica sujeita ao processo de diferenciação. Tal processo resulta na tendência à formação de duas classes distintas no meio rural, uma proprietária dos meios de produção outra somente da força de trabalho. A diferenciação se assenta nas heterogeneidades dentro da comunidade e os diferentes interesses e conflitos entre os membros que produzem, sujeitos à inclusão ou à exclusão do mercado. Diferenciação é o processo que torna alguns produtores bem sucedidos na integração ao mercado e outros menos integrados e cada vez mais distantes de produzir para o mercado. A sobrevivência desta última categoria se dá em torno da dinâmica interna à comunidade rural, suas relações, sua cultura e, principalmente, da interação com o meio ambiente, que fornece elementos e recursos variados.

Assim, a dinâmica de uma comunidade camponesa pode ser captada pelos processos de reprodução, integração e diferenciação. O primeiro deles diz respeito às relações entre famílias, relações comunitárias e culturais e às formas de organização e de ajuste ao meio social, econômico e natural. O segundo trata das relações com o mercado e a agroindústria. O terceiro processo dá conta das heterogeneidades dentro da comunidade rural, dos diversos interesses e conflitos de classe e das influências de fatores e agentes externos sobre as diferentes participações e apropriações dos recursos utilizados pelos agricultores.

2.5 Procedimento de campo

Nesta pesquisa, na análise da dinâmica camponesa, adotou-se os seguintes objetos centrais de observação como guia de procedimento em campo:

A. Estudou-se uma comunidade rural, sua história, sua cultura, sua organização e o espaço onde se situa.

B. Analisou-se as relações entre os homens, entre eles e o meio físico e as relações entre homem e sociedade.

A comunidade rural foi definida na pesquisa como sendo um agrupamento de produtores com características próprias de agricultura familiar, como utilização principal na produção da força de trabalho da família, em pequenas áreas, basicamente para subsistência e com baixo nível tecnológico (Alencar e Moura Filho, 1988). Além disso, são unidos por um espaço geográfico e pelas relações sociais e culturais definidas pelo próprio grupo.

O local da pesquisa foi escolhido em função de apresentar características de comunidade camponesa, formada historicamente pela interação entre homem, natureza e sociedade.

O acesso aos pesquisados foi feito por intermédio da EMATER - Espírito Santo, com apoio de dois engenheiros agrônomos que prestam assistência técnica à comunidade. As entrevistas foram realizadas durante o mês de janeiro de 1997. Na sua apresentação, o pesquisador se preocupou em esclarecer que as entrevistas eram parte de um estudo da comunidade rural de Pedra Roxa, com a finalidade de compreender como os agricultores vivem e produzem, com a intenção única e exclusiva de usar esse conhecimento como instrumento de aprendizagem e compreensão do meio rural brasileiro, temas sobre os quais a Universidade Federal de Lavras se esforça por avançar.

O roteiro básico de pesquisa era:

1. A natureza das necessidades familiares e suas relações com o meio ambiente dentro de um espaço definido como bairro rural. Foi importante identificar:
 - A disponibilidade de terra e outros recursos naturais como água, fertilidade do solo e florestas.
 - Gêneros básicos de alimentação e suas formas de aquisição.
 - Sistemas e práticas de culturas e criações.
 - Intensidade do uso do solo.

2. A reprodução da família e sistemas de herança. Foi importante identificar:
 - Origem da família.
 - Composição da família, idade e ocupação.
 - Infra-estrutura, moradias e o espaço da família.
 - O casamento e formas de herança.
 - Estratégias de permanência e reprodução familiar.

3. A organização do trabalho, feminino e infantil. Foi importante identificar:

- Divisão das tarefas nas famílias.
- Épocas de plantio, colheita e de atividades complementares, agrícolas e não-agrícolas.
- Trabalho regular externo à propriedade e trabalho temporário.
- Escolaridade dos adultos e trabalho infantil.
- Trabalho da mulher no campo e trabalho doméstico.
- Meação, cessão e arrendamento em outras propriedades.

4. Comunidade, cultura, religião e política. Foi importante identificar:

- Relações vicinais, parentesco e mutualidade.
- Associação e organizações não formais: religião, compadrio, grupos de cultura, etc.
- Casamentos e festas.
- Políticas municipais.

5. Relação com mercados e integração. Foi importante identificar:

- Comercialização de produtos, relação consumo e venda.
- Participação em feiras.
- Diversificação da produção
- Uso de tecnologias e insumos modernos
- Mecanização, tração animal, trabalho humano.
- Financiamentos e créditos formais e não-formais.
- Acesso à assistência técnica.

Sobre a natureza qualitativa da pesquisa procurou-se penetrar na essência dos fenômenos, sem maiores preocupações com a demonstração quantitativa de uma relação causal entre um e outro objeto de análise. Não se trata também de identificar esse ou aquele como o mais relevante, mas sim considerar a complexidade e a globalidade do mundo sob o domínio do sistema capitalista em funcionamento, sendo que tal sistema possui uma série de contradições internas. Umas mais, outras menos importantes, mas que determinam o funcionamento da sociedade. Para isso foi fundamental o entendimento das relações sociais, suas características mais importantes e

sua origem dentro de um processo histórico em formação (Alencar, 1996; Havens, 1985; Triviños, 1987).

O método utilizado para compreender, então, de modo particular, as especificidades de uma comunidade rural dentro de um sistema mais amplo, foi o de captar no discurso dos entrevistados as relações, as ligações, as contradições, o sentido e, em resumo, as principais respostas que permitem compor a lógica do funcionamento dessa comunidade (Marre, 1991). Isso é válido, de um lado, porque, existem regras, normas, relações, contradições, que passam despercebidas sob o olhar de um observador externo à comunidade, mas que podem ser identificadas quando o entrevistado se dispõe a descrevê-las. De outro lado, porque se o pesquisador consegue diferenciar no discurso algo de verdadeira importância, então ele saberá também distinguir qual discurso compensa o desprendimento de um tempo e esforço maior para a finalidade do estudo. Para isso também ele deverá estar munido de um roteiro básico de questões a serem levantadas, mas sem atrapalhar a desenvoltura do entrevistado.

3 ANÁLISES E DISCUSSÕES

3.1 Espírito Santo: povoamento e expansão da cultura do café

Até meados do século passado a povoação da província do Espírito Santo pelo colonizador não se estendia a mais de três léguas (menos de 20 km) da faixa litorânea. Além desta, reinava a floresta e seus seculares habitantes: os índios botocudos ao norte e os Puri ao sul. Quatro grandes motivos contribuíam para isso.

Em primeiro lugar, durante todo o período colonial a capitania do Espírito Santo apresentou um quadro econômico bastante atrofiado. Isto porque não havia uma atividade econômica que integrasse de forma dinâmica a região à economia de exportação. Em segundo lugar, até o Império a capitania ficou impedida de explorar seu próprio território, pois era rigorosamente proibida a abertura de estradas que ligassem o litoral a Minas Gerais, com a finalidade de evitar o contrabando ou ataques estrangeiros a essa capitania. Em terceiro lugar, o reduzido contingente populacional desprovia a agricultura capixaba de força de trabalho necessária para maior ocupação do território; calcula-se que na proximidade de 1830 haviam apenas 24 mil habitantes na província. Em quarto lugar, havia uma forte resistência dos índios Puri e botocudos, em inúmeras lutas travadas contra a devastação da floresta, resultando em muitos combates e ataques sangrentos que impediram por longo tempo a marcha de penetração para o interior do Espírito Santo (Bittencourt, 1978; Balestrero, 1976).

Junte-se a isso tudo o fato de que o transporte se realizava basicamente pelo mar e pelo interior dos rios, desde as suas embocaduras, até onde fosse possível a navegação das embarcações, isto é, até as cachoeiras que limitavam o curso. Não havia rota de comércio com o exterior. De acordo com Oliveira (1951, p.348):

“O comércio se fazia quase que exclusivamente com o Rio de Janeiro. Por intermédio dessa praça, a província importava os artigos estrangeiros de que necessitava. Escoavam-se por ela, também, para além-mar, os produtos de sua lavoura [...] Em 1855, o barão de Itapemirim em ofício ao Conselheiro Ferraz, ministro do Império, informava: “não há navegação de longo curso, a navegação costeira é feita por mais de quarenta embarcações a vela...”

Em que pese as realizações do governo de Francisco Alves Rubim (1812 - 1819) ao instalar a colônia agrícola de Viana, com 53 casais de imigrantes açorianos, em 1815, e abrir a Estrada São Pedro de Alcântara, concluída em 1816, que passou a ligar a província, pelo sudoeste, a Ouro Preto, Minas Gerais, tais feitos não foram suficientes para mudar o quadro de estagnação secular que se mantinha no Espírito Santo até o final da primeira metade daquele século. Com relação à colônia de Viana, apesar do seu relativo êxito, foi uma ação ainda modesta de colonização do território, e que só iria ser reforçada na segunda metade do século, principalmente com imigrantes alemães e italianos. Com relação à estrada para Minas, esta não foi utilizada como se previa, pois temia-se as emboscadas dos índios, e os próprios mineiros tinham preferência pelo comércio com o Rio de Janeiro, chegando ela, em 1831, a ficar obstruída e intransitável, exigindo, assim, ações do governo para “limpá-la” e fazer o aldeamento dos índios (Bailestrero, 1976).

A colonização do interior capixaba por imigrantes estrangeiros, particularmente no sudeste, foi feita pela implantação de colônias e distribuição de lotes aos colonos, não pela sua utilização para substituição do trabalho escravo pelo livre nas grandes fazendas. Isto favoreceu o desenvolvimento rápido de uma cafeicultura com base na pequena propriedade familiar. Após a colônia de Viana, fundada em 1815, seria fundada em 1847 a colônia de Santa Isabel; em 1855 a colônia de Rio Novo; em 1856 a colônia de Santa Leopoldina e, em 1875, a colônia de Santa Teresa. A partir destas como ponto de apoio, outras tantas foram surgindo. Entre 1870 e 1890 foram encaminhados para a província milhares de colonos que iriam fundar novas colônias e distritos (Bailestrero, 1976; Biasutti, 1994). Diz Bittencourt (1978, p.165):

“A elevação da população de 82.131 pessoas recenseadas em 1872, para 105.350 em 1879 deve-se à introdução de colonos europeus e imigrantes espontâneos, bem como os retirantes cearenses, embora em número bem mais reduzido que os primeiros. [...]. Os imigrantes estabeleciam-se, notadamente, como pequenos proprietários e em função precípua da cafeicultura.”

Essa imigração pode ser vista nas nacionalidades dos proprietários recenseados em 20.941 estabelecimentos rurais por ocasião do Recenseamento Geral da República, em 1920, na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1. Espírito Santo, distribuição dos 20.941 imóveis rurais recenseados, segundo a nacionalidade dos proprietários, 1920.

Nacionalidade dos proprietários	No de imóveis rurais recenseados	Porcentagem (%)	Área (ha)	Porcentagem (%)
Itália	3.045	14,5	160.472	12,5
Alemanha	357	1,7	23.134	1,8
Portugal	272	1,3	48.031	3,8
Áustria	260	1,2	16.707	1,3
Espanha	108	0,5	7.666	0,6
Turquia e Síria	84	0,4	6.000	0,5
Outros países da Europa	96	0,5	4.714	0,4
Diversos países	13	0,1	1.660	0,1
Subtotal	4.235	20,2	268.384	21,0
Brasil	16.079	76,8	950.152	74,2
Países indeterminados	203	1,0	10.120	0,8
Diversos condomínios	421	2,0	50.933	4,0
Do governo	3	0,0	110	0,0
Total Geral	20.941	100,0	1.279.699	100,0

Fonte: (Oliveira, 1951:407).

Além dos imigrantes estrangeiros, e em menor escala os cearenses, durante todo o processo de povoamento do Espírito Santo, o norte da província sofreu influências da Bahia. Já no sul houve influência do Rio de Janeiro, principalmente por ser a região sul a frente pioneira para o desenvolvimento da cultura do café, sendo palco de grande interesse por parte dos novos habitantes da província, dotando a região de força de trabalho necessária para a colonização do interior do território. Paralelo à instalação das colônias de imigrantes, deu-se, assim, uma significativa entrada de fluminenses e também mineiros, pelo sul, onde as terras, praticamente, estavam livres à ocupar. Por conta disso, afirma Bittencourt (1978, p.158):

“Já no início da década de 1870 era a parte Sul da província a mais cultivada. Promovia-se na época a abertura da estrada de Benevente a Castelo pelo vale do Itapemirim. Melhoramentos eram feitos na estrada da Barra a Cachoeiro de Itapemirim, e ao Governo Imperial era solicitada a consignação de verba para prolongamento desta mesma estrada aos limites de Minas Gerais, passando por Alegre e Veado (Guaçu), para escoamento de seus produtos.”

Considerando um período de 47 anos que vai de 1844 a 1891, a exportação de açúcar, que era então o principal produto agrícola de comércio, cai de 324.308 para 456 arrobas. De outro lado, num período de 53 anos que vai de 1847 a 1900, a exportação de café cresce de 115.390 para 1.234.195 arrobas.

Apesar de haver as culturas de cana, milho, arroz, feijão, algodão e cacau em pequena escala, na segunda metade do século passado em diante, o café passou a monopolizar a produção e a exportação da província.

O sucesso da cafeicultura se assentava, principalmente, na instalação de colônias de pequenos proprietários, da própria cultura do café, que passou a ser a principal cultura do país e, sobretudo, na existência de terras livres a ocupar por todo o interior capixaba, que apesar de constituição montanhosa, diz Bittencourt (1978, p.158) que:

“Oferecia entre outras vantagens um solo quase totalmente virgem, em matas ainda praticamente por desbravar e com húmus a doze centímetros abaixo do solo, ocupando 5/6 do território.”

Na Receita Total do Estado o café chega a participar com 95% em 1903, caindo para 60% em 1918, mas ainda assim uma participação bastante alta. Vejamos a exportação de 1918:

TABELA 2. Espírito Santo, exportação de 1918 em contos de réis.

Produtos	Valor
Café	24.765:971\$000
Madeira	1.940:799\$000
Feijão	911:370\$000
Milho	550:591\$000
Farinha	694:959\$000
Tecidos	361:813\$000
Monazíticas	312:233\$000
Açúcar	57:975\$000
Couros	147:012\$000
Arroz	96:348\$000

Fonte: (Oliveira, 1951: 406).

Com essa atividade o Espírito Santo passa a integrar de forma muito dinâmica à economia nacional, passando, em 1928, a produzir mais que a área fluminense (Pessamilio, 1978). Como reflexo da imigração estrangeira e da própria imigração espontânea de outras províncias

para o Espírito Santo, respaldada com a força da implantação da cultura do café, completa-se a fase de penetração e povoamento do interior do centro-sul.

3.2 O Município de Alegre e Ibitirama

A povoação de Alegre surgiu a partir de 1820, com a penetração de uma bandeira de 72 pessoas, composta, na maioria, de escravos e índios. Saída de Mariana, Minas Gerais, no mesmo ano, sob o comando do capitão-mor Manoel Esteves de Lima, após muitos dias de viagem chegou à Serra do Caparaó. Nesta época o caminho que ligava a Minas era pela Estrada de São Pedro de Alcântara, construída durante o governo de Francisco Alves Rubim, em 1816. A expedição descia as margens do rio Itapemirim quando seus membros travaram batalha com os botocudos, chegando a matar três, ferindo muitos e aprisionando outros tantos, no lugar conhecido como Duas Barras, já perto de Itapemirim. Lá chegando, foram recebidos pelo futuro Barão de Itapemirim, até então, capitão geral dos índios (Ferraz, 1986).

Retornando à Minas dias mais tarde, novamente em direção ao Caparaó e subindo o rio Itapemirim até o ponto do seu afluente, denominado mais tarde de rio Alegre, João Teixeira da Conceição ficou tão agraciado com o lugar, que o capitão-mor resolveu doar-lhe uma porção de terras naquela localidade. Outros companheiros também foram contemplados com glebas de terra à medida que o capitão-mor subia o rio e se encaminhava para Minas Gerais. Assim surgiram várias fazendas na região. Mais tarde o próprio Manoel Esteves de Lima, tendo sido preso por razões políticas em Minas, mas solto no mesmo ano, em 1827, resolveu voltar para o Espírito Santo e se estabelecer na fazenda Santa Marta, nas cercanias do Caparaó, chegando a falecer em 1855 (Ferraz, 1986).

João Teixeira da Conceição ao formar a sua fazenda, deu o primeiro passo para a fundação de Alegre. Muitos colonos vieram atraídos pela fertilidade das terras, onde a cultura do café florescia com exuberância, como também as culturas de cereais. Conforme Ferraz (1986, p.26,27):

“Por volta de 1830 a propriedade, misto de fazenda e povoação, prosperava a olhos vistos, atraindo cada vez mais forasteiros [...]. João Teixeira da Conceição viveu o tempo suficiente para ver a chegada, a partir de 1836, de uma nova leva de imigrantes vindos de Minas Gerais e Rio de Janeiro...”

Na década de 1840, fazendeiros e habitantes do povoado viviam à mercê de bandidos acoitados pelo próprio capitão-mor Manoel José Esteves de Lima, na fazenda Santa Marta, de onde partiam para realizar os saques por toda região. Os bandidos, conhecidos como Tira-couros, Trabuco, Bala Preta e Batalha, praticavam suas ações e a própria polícia de Itapemirim não podia fazer nada contra eles, pois tinham a proteção do capitão-mor. Somente com sua morte, em 1855, estes bandidos acabaram se dividindo em dois grupos e até brigando entre si. Mas, ainda assim, o banditismo infestava a região, tendo sido criada em 1857 a Sub-Delegacia regional, compreendendo desde a região do rio Alegre e margens do Itapemirim, até os limites com Minas Gerais e Rio de Janeiro (Ferraz, 1986).

No ano de 1858 foi criada a Freguesia do Distrito de Alegre e, no ano de 1866, após litígio fronteiro com Minas Gerais resolvido pelo Governo Imperial, foi criada a Freguesia de São Miguel do Veado, assim como Alegre, subordinado ao município de Cachoeiro do Itapemirim. Tendo sido criado o município em 1884 por Lei Provincial, a Intendência de Alegre, no entanto, somente viria a ser instalada em 6 de janeiro 1891, menos de 2 anos após a proclamação da República (Ferraz, 1986).

TABELA 3. População total, urbana e rural do município de Alegre e Ibitirama, segundo Censos.

Censo	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural
1872	2.789		
1879	3.925		
1920	62.797		
1950*	58.968	9.699	49.269
1960	49.796	11.012	38.784
1991(Alegre + Ibitirama)	38.079	17.948	20.131
1991(Somente Ibitirama)	7.658	1.618	6.040

Fonte: IBGE - Extraído de Ferraz, 1986.

* O Censo de 1950 exclui Jerônimo Monteiro, que foi emancipado do município Alegre em 1928.

Nos anos que se seguiram após a criação da Freguesia, precisamente do ano do primeiro recenseamento do Brasil, em 1872, até 1920, houve um significativo aumento populacional de Alegre, chegando à 62.797 habitantes. Em 1921, Alegre passa à categoria de cidade, e em 1950 a população total do município é de 58.968, sem contar Jerônimo Monteiro, já emancipado, como mostra a tabela.

O distrito de Santa Bárbara foi criado em 1917 e poucos anos mais tarde passou a se chamar Ibitirama. Até o ano de 1988 pertenceu ao município de Alegre, chegando neste ano a se emancipar. A Vila de Ibitirama contava em 1950 com 221 habitantes, chegando a 1991 com 907 habitantes dentro da sede do município. Somando a sede mais a população do Distrito sede de Santa Marta, a população urbana chega a 1.618 habitantes (21,1%) da população total do Município. Já a população rural deste chega a 6.040, ou seja, 78,9% de todo o município (DEE, 1994).

Quando chegou neste distrito a família do Senhor José Zamboti, proveniente de Natividade, no norte fluminense, em 1925, contava-se no arraial de Santa Bárbara do Caparaó três casas; havia uma bica d'água que as abastecia, direto da mina, feita de madeira de palmito partida ao meio e que se constituía no canal por onde a água escoava. Havia também na localidade duas máquinas de pilar café movidas à moinho d'água.

Os relatos dizem já haver proprietários estabelecidos desde o final do século passado nas proximidades da vila de Santa Bárbara. A aquisição de terras, por vias legais, era feita junto ao município de Alegre. Mas havia a ocupação sem o ato da compra, bastando para isso demarcar a terra e, após, registrá-la na coletoria desta cidade. A principal origem da migração para a região consta da norte fluminense e mineira, onde os migrantes, anteriormente meeiros de origem, pouparam um pequeno capital para virem em busca de terra para tornarem-se proprietários.

3.3 A comunidade da Pedra Roxa

A comunidade de Pedra Roxa pode ser definida pelo conjunto de relações de interdependência que seus membros estabelecem entre si. A proximidade geográfica é um dos aspectos fundamentais, mas apenas ela não bastaria, se não existissem laços sólidos a cimentar a convivência social e cultural; menos influente ainda seria se não fosse o meio ambiente local definir um modo particular de viver e trabalhar. Assim, além de pertencerem à mesma micro-bacia; além da proximidade e vizinhança, verificamos nesta localidade uma cultura própria, uma disposição das pessoas se relacionarem em comum, seja numa mesma religião, nas festas e até numa partida de futebol, seja nas formas que elas se articulam para o trabalho.

Como escreve Cândido (1975), além de uma base territorial - um dos elementos fundamentais para a conceituação de comunidade - existe um “*sentimento de localidade*” nos moradores, formado pelo intercâmbio das famílias que residem numa mesma posição geográfica, constituindo-se uma unidade própria e diferente das outras. Ou então, como define Tavares dos Santos (1978, p.5): um conjunto de vizinhança camponesa constitui uma comunidade quando:

“...nela podemos identificar os elementos que a caracterizam: há uma base territorial constituída por casas esparsas mas com um centro de referência social, “a sociedade da capela”; a população tem uma situação social semelhante; as pessoas estabelecem relações de vizinhança, muitas vezes justapostas a relações de parentesco; as pessoas se auto-identificam como membros do bairro, havendo um sentimento de localidade; ocorrem práticas de ajuda mútua no processo de trabalho; e, finalmente, participam em comum de atividades lúdicas, na “sociedade da capela”, e de atividades religiosas ...”

A comunidade de Pedra Roxa é constituída pelo grupo de produtores geográfica e espacialmente situados nas duas margem do rio Pedra Roxa, desde sua nascente até o limite com a comunidade de São José do Caparaó. Fazem parte dela todos aqueles produtores familiares e moradores que aparecem na localidade caracterizada pelo IBGE como pertencente ao rio Pedra Roxa, córrego do Paiol, córrego Braço do Meio e córrego do Hilário, sendo os três últimos afluentes do rio Pedra Roxa, e este, por sua vez, afluente do rio Braço Direito Norte, que também é afluente do rio Itapemirim. Ao delimitar tal grupo, chegamos ao número de 34 agricultores na condição de proprietários, entrevistados no último Censo Agropecuário. A partir desses foram selecionados 20 para as entrevistas na hora da pesquisa. Sua população, por condição do pessoal ocupado dentre os 34 agricultores, está na tabela abaixo.

TABELA 4. Condição do pessoal ocupado na comunidade de Pedra Roxa, segundo sexo, 1996.

Responsável e membros não remunerados da família maiores de 14 anos			Parceiros (empregados) maiores de 14 anos		
Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
53	21	74	30	23	53

Fonte: Dados preliminares do Censo Agropecuário de 1996.

A comunidade de Pedra Roxa foi praticamente o último foco de expansão das lavouras de café na vertente capixaba da Serra do Caparaó. Na década de 1930 a região era coberta por uma densa floresta, ainda não explorada devido ao fato de possuir um topografia bastante acidentada e de ser um local de difícil acesso.

No final desta década, vieram os primeiros colonizadores. Eles tinham a tropa de burro e o carro de boi como meios de transportes dos produtos agrícolas; o primeiro era preferido para as viagens mais longas. O carregamento da tropa para a venda no mercado se constituía de produtos como arroz, feijão, milho, mandioca, batata, capado, galinha e pouco mais tarde, o café, entre outros. Ela voltava, geralmente, com latas de querosene, sacos de 60 kg de sal grosso para cozinha, carne seca, farinha de trigo e tecidos. A cidade de Alegre, um dos principais centros de comércio do sul do Estado, ficava

“..a três dias de viagem com a tropa.” [R.L., entrevista em 15/01/97]

A disponibilidade de terras livres a ocupar e solos riquíssimos em húmus após a primeira derrubada favoreceram o povoamento do lugar. Eram lavradores que se dedicavam ao plantio de gêneros alimentícios para subsistência e à cultura do café e outros produtos para comercialização. Após chegarem as primeiras famílias, vieram os parentes atraídos pelos próprios entes e, além destes, vieram outras famílias que, ao se instalarem, optaram por trazer também seus parentes. Novas ocupações e divisões por herança determinaram o fracionamento da estrutura agrária, contribuindo para o crescimento e a atual conformação da comunidade rural.

3.4 Meio ambiente e natureza

A região onde se situa a comunidade de Pedra Roxa, às margens do Parque Nacional do Caparaó, possui uma topografia acidentada, com altitudes acima de 850 metros, tendo o ponto mais elevado o Pico da Bandeira, com 2.980 metros, na fronteira com Minas Gerais. Trata-se de um maciço montanhoso de solos com boa capacidade para armazenamento de água, onde, em trechos curtos, formam-se rios caudalosos e muitas nascentes, que são importantes para a manutenção de muitas pequenas propriedades.

O quadro a seguir mostra como a região é dotada de um excelente regime pluviométrico, com precipitação média de 1.200 mm anuais, bem distribuídos durante o ano todo.

A temperatura mínima de inverno é 7,0°C e a máxima de verão é 28°C (Resende, Lani e Feitosa, 1993).

TABELA 5. Caracterização de meses secos, parcialmente secos e úmidos, na região da Serra do Caparaó - ES.

Meses secos (S) Parcialmente Secos (P) e Úmidos (U)											
J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
U	U	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U

Fonte: ENCAPA/NEPUT - Extraído de Resende Lani e Feitosa (1993).

As madeiras de lei das matas da região eram o cedro; as canelas de diversas qualidades; o ipê - roxo, amarelo, preto e o tabaco; a peroba, o tambú e o tambú-peroba; a cabiúna; o óleo; o pau-ferro; o jacarandá; o jatobá; a braúna e outras. A ocupação da terra se caracterizou pelo princípio básico de que havendo disponibilidade de terras virgens ao cultivo e de excelente fertilidade, o agricultor conduziria uma lavoura itinerante, isto é, haveria o cultivo numa determinada área até o esgotamento do solo, mas antes disso outra área de mata já estaria sendo derrubada. A lógica desse sistema foi analisada por Martins (1981), que mostrou como se expandiram espacialmente as comunidades camponesas com a existência de terras livres.

Para a derrubada da mata se utilizava o machado bem afiado; queimava-se os troncos e galhos; a marcação das covas era feita morro acima e com uma cavadeira se cavava as covas onde eram lançados os “caroços de café”; o café demorava cerca de 6 anos para a primeira colheita. Ao mesmo tempo que era plantado o café, saíam os primeiros carregamentos de cedro para fora de Pedra Roxa a partir de meados da década de 40, quando já existia estrada para a passagem de caminhões, responsáveis pelo transporte da madeira. A primeira estrada em condições de rodagem foi iniciada em 1918, e ligava Alegre ao Município de Iuna, passando por Santa Bárbara do Caparaó (Ibitirama), ainda sem ligação com a comunidade de Pedra Roxa, distante cerca de 22 quilômetros. Há relatos de estradas sendo abertas a braço até esta localidade e de grande quantidade de cedro sendo exportada da região durante a década de 40.

No início da formação da comunidade, a falta de controle público e o despovoamento da região facilitavam a abertura de novas posses. Qualquer um que se dispusesse a abrir uma clareira no meio da mata podia ali se instalar. As contendas eram muito bem medidas, pois os prejuízos das lutas eram bem maiores que o valor da terra, já que esta era abundante e

faltavam braços para trabalho nas lavouras. Após o período inicial de povoamento, quando muitas famílias já estavam estabelecidas e a maiorias das posses definidas, passou a escassear terra livre e o posseamento ficou cada vez mais difícil. A alternativa para muitos foi o trabalho em parceria nas posses já existentes.

Era uma região de fronteira agrícola e muitos agricultores não tinham mão-de-obra suficiente para tocar o serviço da lavoura, preferindo para isso o sistema de café em parceria. Assim, muitos deles optaram por oferecer “a meia” aos agricultores que chegaram tarde e não puderam abrir suas posses. Tal sistema difere do regime de colonato paulista do final do século passado e início deste, onde os colonos foram introduzidos nas grandes fazendas de café. Trabalhavam nelas com a finalidade de acumular pecúlio para a compra de terra (Loureiro, 1987). Na comunidade de Pedra Roxa os colonos formavam parceria com agricultores de situação social semelhante, em grande parte eram até parentes.

O colono, ou o meeiro, era responsável pelo desmatamento, destoca, plantio e formação da lavoura de café. Além disso, tinha o direito de cultivar lavoura branca nas fileiras do café, obtendo assim gêneros alimentícios para consumo e algum excedente para a venda, ou troca. A produção de café era dividida com o parceiro com terra e, após alguns anos, o meeiro sem terra acumulava algum dinheiro e ele podia adquirir uma área própria, que era geralmente comprada do seu próprio parceiro, que até lhe concedia créditos. Esse processo de compra esteve sempre associado aos momentos de crise do café. A queda de preço do produto estimulava o parceiro com terra a fazer de parte da terra uma renda monetária, já que a cultura não era compensatória. Ao invés de extrair o sobretrabalho do meeiro, o proprietário extraía a renda da terra, renda esta que não era gerada quando a terra foi livremente ocupada; este fenômeno da renda da terra foi analisado por Ricardo (1974), Marx (1975), Martins (1986) e Delgado (1985).

A devastação da floresta e o crescimento populacional impediram os agricultores de usar o padrão antigo de cultivo itinerante. Conforme interpreta Boserup (1987), o pousio longo deu lugar ao pousio médio em décadas mais recentes, pois a redução das florestas e o crescimento da população foram esgotando o “fundo de fertilidade natural” e obrigando a cultivos mais intensivos. Os solos usados em pousio médio não são tão produtivos como os de mata virgem; mas ao deixar formar uma capoeira para a recuperação da fertilidade do solo, os agricultores estão se adaptando a uma nova realidade em que a mata virgem foi exaurida.

O descanso em capoeira é uma técnica que se fez valer em anos mais recentes, quando foram acabando as matas virgens cujos solos nunca antes cultivados eram fertilíssimos. Conforme ainda Boserup (1987), essa mudança se efetivou pela elevação da densidade populacional, que determina a mudança técnica na agricultura rústica.

Do sistema predominantemente itinerante e extensivo das primeiras décadas de existência da comunidade, surgiram e estabilizaram-se, nas últimas décadas, três outros métodos bastante definidos: os cultivos de várzea, meia encosta e encostas elevadas.

A várzea, ou baixada úmida, é constituída pela topografia majoritariamente plana de terrenos facilmente encharcáveis, salvo pequenas ondulações significativamente presentes em quase toda paisagem. É partida pelo rio Pedra Roxa, de águas claras e límpidas que descem do alto da serra. Sua vegetação original foi a Mata Atlântica, sendo a área mais castigada pela devastação da floresta.

A meia-encosta apresenta uma ligeira inclinação topográfica, com boa drenagem e sem estar sujeita a fortes processos erosivos. Também a vegetação original era a Mata Atlântica; dela restaram apenas as matas ciliares e poucas áreas mantidas para preservação por alguns proprietários.

As encostas elevadas são as áreas mais acidentadas, apresentando inclinações maiores que 30 graus. Apesar do solo ter boa permeabilidade, são as áreas mais sujeitas à erosão. Fazem parte do complexo montanhoso, onde a maioria das propriedades teve suas áreas de mata virgem desapropriadas para o Parque Nacional do Caparaó. Contudo, essa ação veio um pouco tarde, pois grande parte dessas áreas já foi desmatada, restando poucos remanescentes de matas virgens. Existem ainda nas encostas elevadas matas secundárias e áreas de capoeira, destinadas ao pousio.

Tomemos uma propriedade padrão para representar o conjunto das propriedades da comunidade de Pedra Roxa. Uma forma mais apropriada para a exploração dos recursos naturais é a forma retangular. A propriedade é uma faixa que se inicia no meio da várzea onde passa o rio ou córrego, e se estende ao topo das montanhas, onde estão as matas virgens. Fazendo esse percurso, surgem os três sistemas técnicos distintos: várzea, meia-encosta e encosta elevada.

O posicionamento da casa é na várzea, numas de suas ondulações. Procura guardar distância tanto da estrada, como do rio. No quintal fica o terreiro de café sobre o chão batido, e um pouco mais ao fundo fica a tulha, que serve para armazenar as colheitas. Enquanto a casa fica

no meio da ondulação, a tulha fica ao final desta, quase na área encharcada. Por isso, e para evitar o acesso de pragas, ela é feita com o assoalho elevado ao chão.

A horta é localizada atrás da casa, perto da cozinha; assim facilita a condução pela dona de casa. Possui uma cerca de bambú para evitar a invasão das galinhas soltas pelo quintal. Nela planta-se cebola, alho, repolho, couve, jiló, chuchu, tomate, abóbora, moranga, quiabo, cenoura e outras verduras e legumes.

As áreas de pequenos animais constam de um cercado de alvenaria semi-coberto para suínos. As galinhas são soltas no quintal, sem área definida. Num pastinho ao fundo da tulha pasteja uma cabra ou outra, amarrada ao pé da construção.

Há também um variado pomar circundando a horta e pés esparsos pela várzea e meia encosta, que dão frutos em várias épocas do ano. Há laranja, limão, mexerica, banana, pêssigo, figo, marmelo, goiaba, mamão, uva e abacate; são estas frutas as mais observadas. Delas, além do consumo “in natura”, fabrica-se doces em calda e doces secos. Faz-se goiabada, bananada, marmelada, doce de mamão, doce de pêssigo, doce de figo, entre outros.

As lavoura temporárias são: milho, feijão, mandioca e arroz, todas cultivadas nas várzeas. Milho e feijão das águas são cultivados em consórcio; a época de plantio ocorre entre final de setembro e durante outubro, quando entra a primavera. Nesta época também se planta o arroz. A colheita destas culturas ocorre entre fevereiro e março. Terminada a colheita, neste mesmo mês de março, procede-se ao plantio do feijão das secas, aproveitando as chuvas de março e abril, esperando-se a colheita para início de junho. A colheita da mandioca é o ano todo; a raiz pode permanecer no solo sem ser colhida por longo tempo. No mesmo ato da tirada da raiz, procede-se ao plantio, bastando para isso abrir uma fenda no solo e picar em torno de três partes a haste da raiz que foi colhida.

As áreas de várzeas são bastante férteis; além de não sofrerem com a erosão, elas são resultado da sedimentação de camadas transportadas pela erosão ou pelas cheias. Tais áreas apresentam-se de excelente qualidade para o cultivo de gêneros alimentícios. Tanto o milho como o feijão se adaptam bem nelas, pois suas raízes não são profundas. O arroz sai muito bem nas áreas mais encharcadas. Já a mandioca e demais plantas perenes exigem áreas bem drenadas.

O uso agrícola das várzeas é o mais intenso de todas as áreas. Os plantios são anuais, e somente após cultivos sucessivos uma determinada área é transformada em pasto por 2 a 3 anos, até que ela se fertilize novamente. Portanto, são áreas de cultivo característico de pousio

curto. Sua relação com a casa está diretamente vinculada ao sustento familiar. Através de seus produtos, fabrica-se farinha de mandioca, fubá, canjiquinha, polvilho, rapadura, melado, açúcar batido, paçoca de amendoim, são os produtos mais comuns. Observa-se engenhos e engenhocas de moer cana, moinhos de pedra movido a água para fabricar fubá e canjiquinha, tachos de cobre e fornos de fabricação de rapaduras, além de outras pequenas engenhocas, pequenos piladores e moedores de café e pilões para socar o arroz.

Do milho se obtém-se a pamonha, a papa ou curau, o canjicão, o milho de pipoca, além do tradicional fubá, usado para fazer a broa de fubá com melado; a paçoca, que é feita de fubá e amendoim, a farinha torrada e o angu. O angu pode vir acompanhado ora com palmito, ora com taioba, couve, quiabo, jiló misturado com chuchu, abóbora e morangas. Variadas combinações são feitas com angu, e elas sempre vem acompanhadas com o arroz e o feijão. A taioba com angu compõe um dos pratos bastante apreciado, sendo taioba uma verdura muito abundante e nativa. Na áreas marginais aos córregos, nos brejos, que são muitos, taioba, inhame e cará são encontrados com muita facilidade.

Com o milho também se engorda os porcos, sendo que a carne de suíno sempre foi a mais consumida; do toucinho se obtém a gordura para as frituras e também dele se faz o torresmo que é armazenado em latas de gordura, junto com a carne. Dela, após moída, também se faz a lingüiça que é pendurada acima do fogão à lenha para ser “secada” na fumaça e conservada ali por semanas. Quase tudo se aproveita do porco: do sangue e dos miúdos se faz o chouriço; as orelhas, o rabo e os pés, são misturados ao feijão, ou na canjiquinha branca.

Da galinha se obtém os ovos para o consumo direto, para o preparo de massas e bolos e também para o comércio. Tradicionalmente a carne de frango, ou galinha, é consumida aos domingos, ou em dias de visitas. Mais difícil, no entanto, é o consumo de carne de boi, pois estes exigem grandes áreas de pasto, e as disponíveis são mais usadas para vacas de leite. O leite não é uma atividade que se destina ao mercado, destina-se mais a suprir as necessidades das famílias. O excedente é consumido na própria comunidade, sendo muito utilizado para fortalecer as relações de parentesco e compadrio. O leite serve principalmente para a alimentação infantil, mas muito se utiliza para o feitiço de doces do tipo doce de leite, doce de amendoim, arroz doce; além de broas, bolos, pão caseiro e outros produtos. Um outro produto de fabricação caseira derivado do leite e que é muito importante na mesa, principalmente para ser acompanhado com outras quitandas e com a bebida de café, é o queijo.

As áreas de meia-encosta apresentam fertilidade elevada, pois também são pouco sujeitas à erosão e recebem parte dos sedimentos erodidos das encostas elevadas. Estas áreas são ocupadas com a cultura do café, dividindo espaço com áreas de pasto.

Seu uso agrícola mais intensivo é em função do café. Estas áreas são capazes de suportar muito bem uma lavoura de café com boas produtividades por longo tempo, chegando a mais de 25 sacas por 1.000 pés. Mas, quando a cultura começa a apresentar sinais de esgotamento, corta-se os pés e a área é transformada em pasto. Em seguida, planta-se uma nova lavoura na área que estava sendo ocupada pelo antigo pasto, dando início a um novo ciclo da cultura. Dessa forma, a área transformada em pasto permanece assim por longos anos, até ser utilizada novamente para a implantação de uma lavoura de café nova.

A lavoura nova leva 4 a 5 anos para dar uma boa colheita. Assim, neste período, convivem a velha e a nova, até o corte da velha para a formação do pasto. Não se usa a decepa dos pés velhos para a brotação, pois há preferência para plantar uma lavoura nova em outra área e usar a área com a lavoura velha para descanso. Sendo assim, na meia encosta, o tipo de intensidade do uso do solo usado é o pousio médio.

Outras vantagens estão associadas às áreas de meia-encosta, além de sua boa fertilidade: não existe o problema de encharcamento do terreno, como nas várzeas; possuem boa permeabilidade; são ligeiramente inclinadas, o que facilita os tratos culturais; são próximas da casa e do terreiro, facilitando a colheita e a condução das lavouras.

As áreas de encosta elevadas, apesar de também apresentarem boa permeabilidade, são as mais sujeitas à erosão e, por isso, são de menor fertilidade. De topografia acentuadamente inclinada, são áreas ocupadas com matas virgens, matas secundárias e capoeiras, principalmente. A cultura de café é implantada aí no lugar da capoeira e até das matas, embora ilegalmente. É no período de prosperidade do café que se faz o plantio da cultura, enquanto que em épocas de decadência são deixadas ao abandono, ao contrário da lavoura de meia encosta, que é cuidada permanentemente.

Existem duas formas de plantio em áreas de capoeira: uma é quando ela é submetida ao fogo, possibilitando a confecção das covas sem a limpeza do terreno, envolvendo, assim, menos quantidade de mão-de-obra. A outra é quando não se usa o fogo, tendo-se que roçar a capoeira e fazer trilhas de terreno limpo, cerca de 2 metros de faixa em curva de nível. As trilhas limpas entre a capoeira roçada evitam a erosão e “esfriam o solo”. No entanto, é o fogo ainda

muito utilizado, e quanto mais grossa a capoeira melhor para a fertilização do solo, proporcionando uma boa camada de cinza. Quando também uma capoeira está engrossando a ponto de tornar ilegal a derrubada, o recurso utilizado é o desbaste, permanecendo a área em capoeira rarefeita.

Várias propriedades são marginais ao Parque Nacional do Caparaó, sendo que muitas delas tiveram parte de suas áreas desapropriadas no ato da criação do parque. Por isso são comuns os conflitos entre os proprietários de terra e o atual IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais - resultante de queimadas, caçadas e extração vegetal, proibidas e passíveis de multa e outras punições por este órgão.

No passado, uma fonte de carne para o consumo doméstico muito importante era a caça. Havia carne de paca, tatu, capivara, queixada, quati, anta, jacutinga, veado, barbado, muano e outros bichos. Atualmente, é difícil para os agricultores aproveitarem desses recursos, principalmente porque são cada vez mais escassos. Da mata virgem, o que se extrai hoje, é o palmito. Perguntado sobre os hábitos alimentares, um morador relata a presença desse produto numa combinação com o angu, sendo este ainda um hábito frequente.

O calendário agrícola tem uma importância fundamental no abastecimento alimentar. Procura-se sempre assegurar a regularidade e auto-suficiência de alimentos. Entretanto, quando o trabalho na terra não é suficiente, existem a caça, a pesca e a coleta dos produtos ofertados na natureza. Nesta comunidade, como na comunidade estudada por Brandão (1981) em Goiás, os agricultores encontram uma diversidade de gêneros nativos explorados simultaneamente ou intercaladamente com a exploração agrícola, que compõem um hábito alimentar específico e variado durante todo o ano.

Na comunidade de Pedra Roxa encontramos três meios distintos, a várzea, a meia-encosta e a encosta elevada. O uso desses meios, a princípio, se caracterizava pelo cultivo itinerante. Essa técnica acabou por esgotar o “fundo de fertilidade natural” dos terrenos, obrigando a uma mudança nas técnicas de cultivo. Por apresentarem características próprias e oferecerem aos agricultores recursos diferenciados, cada ambiente foi palco do desenvolvimento de uma técnica ajustada a ele. Observamos, assim, áreas utilizadas com a finalidade de subsistência, outras com a de mercado; áreas de cultivo intensivo e outras de cultivo em sistema de pousio. Dentro dessas possibilidades se inserem uma diversidade de produtos e de situações técnicas, em que cada mudança se deve a um ambiente em constante transformação.

3.5 Família e herança

As famílias que compõem a comunidade guardam fortes laços de parentesco. Quando os primeiros proprietários vieram, já sabiam que as tarefas do desmatamento e da implantação das culturas seriam muito árduas e para isso teriam que contar com muitos braços. Estes, no entanto, não existiam em disponibilidade na região e fora da esfera familiar. Somente uma família numerosa e com grande estoque de força de trabalho poderia se instalar e enfrentar com maiores êxitos as adversidades do meio ambiente: região de muita mata e pouco habitada, excesso de chuva, condições precárias das estradas, falta de assistência médica e educação, entre outras.

Alguns depoimentos mostram que a chegada dos primeiros moradores nesses altos de serra constava de pais com seus filhos já em idade de trabalho. Todas as pessoas idosas entrevistadas relatam que vieram quando crianças, mas eram ocupadas no trabalho. Como não existiam escolas eles pegavam cedo no serviço, com exceção de alguns que chegavam a estudar até o quarto ano primário no distrito de Santa Bárbara. Estes mesmos filhos deram continuação às obras dos pais, e já puderam contar com a força de trabalho de moradores novos que começavam a habitar a região, que por não possuírem terra dedicavam-se ao trabalho de parceria, somando forças com a mão-de-obra das famílias dos proprietários.

No início as famílias eram poucas, mas com muitos membros, existindo laços fortes de parentesco, amizade e dependência entre todas elas. Não raro havia casamentos unindo filhos de meeiros e proprietários de terra. Não é de se estranhar essa proximidade entre categorias aparentemente distintas, pois os então proprietários vieram da mesma condição, isto é, sua origem é da meação em outras fazendas, seja do norte fluminense, mineira, ou da região de Alegre.

Aliás, ser meeiro, naquelas décadas de 1930 e 1940, era uma situação circunstancial, pois a intenção era adquirir um pedaço de terra e tocar a própria lavoura. Às vezes o próprio sitiante vendia uma parte de sua propriedade em condições mais favoráveis, tipo uma entrada mais quatro prestações sem juros. A compra de terra à prestação era um negócio de família: houve um caso que, no terceiro ano de um total de cinco prestações a serem pagas por um meeiro ao proprietário pela compra de 4 alqueires de terra, um agricultor colheu 520 sacas de café; elas foram suficientes para a quase liquidação da dívida. Diz o filho que:

“...deu pra pagar quase tudo e a última ficou mais fácil.” [T.S., entrevista em 06/01/97]

Neste mesmo período, créditos eram conseguidos com vizinhos, compadres e, na maioria das vezes, parentes, podendo-se realizar, assim, a compra de uma propriedade. Muitos foram os que chegaram como meeiros, trabalharam muito, juntaram dinheiro e compraram terra:

“...trabalhei oito anos na terra dos outros para dar terras aos filhos.”
[M.C., entrevista em 09/01/97]

Todos os moradores guardavam dinheiro em casa, não se utilizava bancos. Quase não havia gastos com compras, na vila ou na cidade, além de produtos como querosene, sal de cozinha, tecidos e carne seca. Segundo os moradores mais antigos era fácil juntar dinheiro e comprar terra, ou então emprestar, ou pegar emprestado de um compadre, ou amigo.

A chegada à Serra do Caparaó tinha um motivo forte que era a possibilidades de aquisição de terras livres por parte de meeiros sem terra originários de outras regiões de cultivo de café. Por ser região de fronteira agrícola e que oferecia solos férteis à agricultura, foi palco de intensa imigração.

Com o desbravamento feito pelos primeiros proprietários, foram chegando outros moradores, proprietários ou não, muitos dos quais eram até parentes dos que já estavam estabelecidos. A ocupação de terras livres acontecia com frequência, seja em glebas já demarcadas, de propriedade legal, seja em área de terras públicas ainda não demarcadas; o principal critério para a ocupação de uma terra era a disposição para desmatar uma determinada área da floresta, abrindo assim uma posse. Diz um agricultor antigo da região:

“...um habitante requereu em cima de terreno legítimo e tem a escritura, tudo registrado e inventariado em Alegre [] Lá no cartório tem mais escritura que terra [] Era comum o sujeito marcar as linhas no passo e requerer; em Alegre já tinha o jeito de requerer, tinha o coletor.” [N.C., entrevista em 10/01/97]

Na década de 1930 e 1940, segundo o próprio N.C., uma propriedade em Pedra Roxa podia ser comprada na cidade de Alegre junto à coletoria desse município. Grandes áreas eram adquiridas por alguns contos de réis. Entretanto, quem que se dispunha a explorá-la, normalmente imigrantes, tinha que ter uma família numerosa e com muitos braços para o trabalho. Este era um pré-requisito fundamental para o trabalho duro do desbravamento. Essas áreas foram passando por um rápido processo de herança: cada filho, ou filha, com uma nova família, recebia

um pedaço para tocar uma lavoura de café e outros gêneros para o sustento próprio. Assim, na origem da comunidade, as condições de apropriação de terra, a família e a herança foram determinantes. Depois, a terra fragmentou-se até nossos dias, quando ela começou a escassear, resultando num processo de emigração, iniciado na década de 1970. Para o caso da importância do trabalho, da família e do sistema de herança na definição da propriedade, ver Ribeiro (1993).

Os casamentos entre membros da comunidade, ou com pessoas das comunidades vizinhas acontecem com frequência. A explicação para isso não se dá apenas pela proximidade entre as pessoas. Como analisa Wolf (1976), cada família produz um fundo para cerimoniais; este é usado para manter relações sociais e as tradições locais, entre elas, a mais importante para a definição de um determinado status na comunidade, é o casamento. Assim, pela grande importância que apresenta para a formação de uma nova unidade de produção familiar, o casamento faz parte de uma lógica interna à comunidade, e destina-se ao rearranjo das partes fragmentárias originadas pelo processo de herança, conforme Moura (1978).

Para casar, o filho geralmente já tem que possuir sua própria lavoura e, para isso, desde cedo, quando pega idade para o trabalho, o pai lhe concede uma área dentro de sua propriedade para formar café. Essa lavoura certamente constará como sua parte da herança.

Quem recebeu, ou vai receber terra de herança, quando em idade de casamento irá comprar ou vender terra para ir, ou ficar, em uma determinada comunidade com seu cônjuge. Esta transação sempre envolve parentesco, permitindo que os filhos reorganizem seus lotes herdados de forma mais adequada para a criação de um novo ciclo de produção familiar, sem a pulverização das propriedades e sem envolver terceiros, ou elementos estranhos à comunidade que venham causar desequilíbrios na sua coesão interna. Aliás, existem fortes laços de parentesco dentro da comunidade e comunidades vizinhas. Diz uma moradora do local que:

“...aqui na Pedra Roxa quase ninguém comprou terra, tudo é herança.” [M.S. entrevista em 07/01/97]

O cônjuge que vem de fora da comunidade geralmente conta com os recursos conseguidos pela venda da parte da herança em outro local. A mulher não forma café, mas o pai costuma ceder uma parte de sua lavoura para o genro tocar sozinho. Este, ao mesmo tempo, já conta com sua própria lavoura formada em terra dos pais, incluída na parte da herança, e que pode fazer uso para a venda, ou ainda permanecer com as duas lavouras separadamente. Se é a mulher que vem de fora ela conta também com sua parte de herança, que também pode ou não vender. De

outro lado, acontece o movimento inverso: tanto os homens como as mulheres podem se casar com pessoas de outras comunidades indo morar com o cônjuge também fora de sua comunidade de origem, e, assim, vender a terra herdada para aquisição em outro local.

Em Pedra Roxa, a estrutura agrária apresenta predomínio da pequena unidade de produção, como pode ser visto na Tabela 6, abaixo.

TABELA 6. Comunidade de Pedra Roxa, produtores rurais, percentagem de produtores, área total, percentagem de área total e área média, segundo classes de área, 1996.

Classes de área (ha)	Nº de produtores	Percentagem	Área total	Percentagem	Área média
0 a menos de 10	20	58,8	105,75	26,0	5,29
10 a menos de 20	8	23,5	129,95	31,9	16,24
20 a menos de 50	6	17,7	171,34	42,1	28,55
Total	34	100,0	407,04	100,0	11,97

Fonte: Dados preliminares do Censo Agropecuário de 1996 entre 34 agricultores.

A pesquisa de campo mostrou que estas unidades são, na maioria, tocadas pelo trabalho familiar. O peso do trabalho no sistema de produção sobrepõe-se aos fatores terra e capital. Desse modo, as relações de parceria ganham destaque, pois, muitas unidades com disponibilidade de terra possuem pouca disponibilidade de mão-de-obra e ofertam a meação como forma de complementação da força de trabalho, necessária para a condução da unidade. De outro lado, muitas unidades com disponibilidade de mão-de-obra e pouca disponibilidade de terra procuram firmar parceria em outras unidades que delas necessitam.

Na pesquisa de campo também ficou evidente que a estrutura fundiária e a organização da produção são fortemente condicionadas pela família e herança. Na origem da comunidade, quando havia muita disponibilidade de terras e de terras férteis, as unidades de produção familiares se multiplicavam e se fragmentavam. Na atualidade, depois do esgotamento da terra e do esgotamento do “*fundo natural de fertilidade*” tais unidades encontram limitações sérias para reproduzir-se, requerendo um processo distinto de herança do que foi no passado.

Se no passado todos herdavam, na atualidade, para haver herança para alguns, é necessário que outros sejam excluídos. Daí vem a migração constante dos excedentes populacionais de herdeiros nesta agricultura familiar. Devido à impossibilidade do atendimento a todos os potenciais herdeiros, os que não são selecionados acabam recorrendo ao mercado de trabalho urbano.

Os estudos de Ribeiro (1993), no vale do Jequitinhonha; de Moura (1978), num estudo de caso no sul de Minas Gerais e de Santos(1978), em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, mostraram, como no caso presente, o peso da herança e de suas normas na conformação da agricultura familiar.

É certo também que, em cada comunidade ou região, as normas de herança são específicas, variando bastante. Entretanto, elas não podem ser ignoradas, dado seu peso determinante. Os filhos que partem levam consigo uma parte da renda gerada na propriedade para o meio urbano, mesmo que seja uma simples ajuda concedida pelo pai. Nas vezes em que há o recebimento pela venda da parte na herança, mesmo que favorecida, como um negócio entre família, também se verifica uma transferência de renda para o meio urbano.

3.6 Organização do trabalho

A família é a unidade básica de trabalho na comunidade Pedra Roxa, sendo que o homem tem o poder de decisão sobre as tarefas a executar. Os trabalhos masculinos são: a condução da lavoura do café, desde a feitura das covas e do plantio, até o beneficiamento e a venda do produto no mercado; plantio e condução da lavoura branca (milho, arroz, feijão e mandioca); limpeza de pasto; construção e manutenção de casas, tulhas e outras construções; dias de serviços executados fora da unidade, entre outras tarefas.

Não menos importantes são as tarefas das mulheres: elas fazem as refeições para a turma, cuidam da casa e das crianças, lavam e passam roupa. Além desses e outros serviços domésticos, trabalham na fabricação de farinha de mandioca, açúcar batido, rapadura, melado, queijo, doces e quitandas.

A mulher também participa dos serviços de roça sempre quando é necessário socorrer o marido em dias de aperto, como em época de colheita, nas situações em que períodos de chuvas prolongadas resultam em acúmulos de tarefas, como lavar café, esparramar para deixar secar no terreiro, juntar novamente e guardar na tulha. As mulheres podem também conduzir plantios próximos às casas, como o cultivo de milho, feijão, arroz e mandioca, além da condução de pequenas hortas e do trato diário de galinhas e porcos.

Em 1997, muitas tarefas deixaram de existir, ou foram substituídas ou simplificadas pelo maior acesso e consumo de bens urbanos-industriais, por exemplo, fogão a gás, geladeira,

liquidificador, máquina de lavar roupa, etc. A utilização desses utensílios domésticos tem por objetivo economizar tempo de serviço para a imensidão de outras tarefas durante o correr do dia. Assim, nesse sentido, também cumpre um papel de economia de tempo o consumo de alimentos e ingredientes industrializados que podem ser preparados com maior agilidade, como macarrão, pão, conservas, temperos e outros.

Para Ribeiro (1997), existem duas diferenças básicas entre o trabalho dos homens e das mulheres e crianças. Uma delas é que as tarefas masculinas são possíveis de serem trocadas por dinheiro, mercadorias ou outros serviços, enquanto que as tarefas femininas e infantis limitam-se à esfera da casa, cozinha e quintal, como suporte às “atividades masculinas”, que os próprios homens julgam de maior importância. A outra diferença é que as tarefas masculinas possuem continuidade e as femininas são descontínuas. Para as mulheres, o dia de trabalho nunca pode ser medido, como se mede, por exemplo, quantas ruas de café um homem capinou em um dia. O trabalho feminino é fragmentado em uma série interminável de tarefas diferentes: cuidar das crianças, a lida do fogão, tanque, quintal, horta, colheita, capinas, plantios, etc.

O trabalho infantil feminino começa com as filhas ajudando a mãe na cozinha ou lavando roupa. Elas crescem e à medida que chegam à adolescência já devem estar cientes e acostumadas ao serviço doméstico, geralmente os serviços descritos acima que a mãe executa. O aprendizado se realiza desde a infância com as brincadeiras do tipo varrer, lavar, cozinhar e que em pouco tempo tornam-se realidade. O período da adolescência até o casamento é curto, os casamentos acontecem cedo, e logo vêm os filhos, dando início a um novo ciclo familiar.

A trajetória dos filhos homens passa pelos cuidados iniciais das mães, desde quando nascem, até a fase onde realizam as primeiras tarefas. Daí vão para a companhia dos pais, acompanhando-os nos trabalhos da lavoura: no terreiro esparramando café, na tulha debulhando milho, ou cuidando de criações, soltando o gado no pasto pela manhã e recolhendo para o curral pela tarde, dando de comer aos suínos e aves, etc. Com poucos anos de idade os meninos adquirem os hábitos e as experiências suficientes para a realização de tarefas sem o monitoramento dos pais.

De início participam de serviços leves, mas já com muita dedicação e responsabilidades. São marcados pelo pai para que peguem gosto pelo trabalho. Quando chegam à idade de 14 anos já trabalham como adultos. Até essa idade já dá para diferenciar os que trabalham mais e os que trabalham menos; os que tem “mais gosto” ou “menos gosto” pelos

trabalhos de roça, de forma que uns terão “mais” ou “menos interesse” de acordo com os critérios definidos pelos pais para que tomem a responsabilidades de sucedê-los na direção da propriedade, caso adoeçam ou fiquem impossibilitados de trabalhar. Moura (1978) mostra que este “gosto” ou “interesse” é condicionado ou culturalmente definido pela família, que pode formar apenas um herdeiro. Diz um agricultor sobre o trabalho dos filhos:

“...algum que trabalha mais pro pai, o pai abre mais condições pra ele, e o que não quer trabalhar vai embora. Esse menino mesmo aí [apontou para o filho pequeno] não quer descascar uma banana e dar pra o porco comer.” [N.C., entrevista em 13/01/97]

A fala do agricultor inclui uma seleção que é imposta culturalmente pela herança. Geralmente quando o pai tem disponibilidade de terras, inicia um ou outro filho ainda adolescente em uma atividade própria, tipo uma lavoura de café, de forma que desde cedo eles adquirem vínculos mais fortes com a propriedade, tendo melhores chances de permanecerem. Aqueles que não conseguem um desempenho esperado têm maiores chances de não serem selecionados.

Agricultores de pequenas áreas, ou áreas insuficientes para ocupação em todo o ano agrícola da mão-de-obra familiar, costumam trabalhar também para fora, em outras propriedades, com a finalidade de obtenção de uma renda extra. Os meeiros que não são proprietários também utilizam esse recurso. Esses serviços podem ser remunerados por dia de serviço, ou empreitada. O dia de serviço pode ser pago com outro dia de serviço; costumam caracterizá-los como “dias trocados”, usados mais freqüentemente entre as categorias de produtores menores. O dia de serviço remunerado a dinheiro, geralmente, é ofertado pelos proprietários maiores, pois estes possuem maiores áreas plantadas em café e outras culturas, e somente a força de trabalho familiar própria não é suficiente para conduzir as atividades em todo o ano agrícola.

Na comunidade existem aqueles que trabalham somente como diaristas e costumam ficar em casas cedidas por algum proprietário, trabalhando para ele e para outros. No entanto, essa categoria é rara e transitoria, pois estes trabalhadores estão sempre à procura de “pegar meia” em lavoura de café. Portanto, a maioria absoluta de trabalhadores sem terra pertence à categoria dos meeiros. Há, decerto, tanto para o agricultor que concede a terra, algumas vezes chamado de “patrão”, como para o lavrador que recebe a terra, algumas vezes denominado “empregado”, a preferência pela lavoura em forma de meação:

“...café a meia é melhor que diarista. Você tocando 5 ou 6 mil covas de café no fim você sabe aonde vai dar, né? Você aperta no começo, mas chega lá.” [J.S., entrevista em 15/01/97]

Este é o discurso de um trabalhador diarista que se encontra de passagem pela comunidade. Mas, acrescenta sua mulher:

“...se a gente tivesse um patrão, pelo menos remédio pras crianças e a compra do mês ele garantia.” [M.J., entrevista em 15/01/97]

O meeiro, além de maior segurança e estabilidade de emprego de sua força de trabalho, obtém metade da produção do café e área para o plantio de lavoura branca - milho, feijão, arroz e mandioca - garantindo, assim, boa parte do suprimento alimentar durante o ano. É comum também criar galinhas e porcos que se somarão ao abastecimento familiar de alimento.

Do lado de quem oferece a meação, a preferência pela lavoura à meia vem do fato dele não assumir sozinho os riscos da cultura, além de ter garantia de mão-de-obra necessária para a condução de toda a cultura e de outros serviços e obrigações que o meeiro executa em sua propriedade. Tais serviços, inclusive, são remunerados a um preço menor do que a diária da região.

O sistema de plantio a meia envolve dois tipos: o primeiro quando o meeiro paga a meia somente do café, e o segundo quando o meeiro paga além do café, a meia do milho, feijão e arroz. No primeiro sistema o meeiro recebe a muda e o adubo até o segundo ano; somente após a primeira colheita ele passa a pagar a metade do adubo. No segundo, acontece da mesma forma com relação ao café, e recebe somente adubo e semente para o cultivo do milho, feijão e arroz.

A empreitada é uma outra forma de trabalho muito utilizada e difere do trabalho a dia por ser remunerada somente ao término da tarefa, sendo que no trabalho a dia a remuneração se dá ao final da semana de trabalho, que termina geralmente aos sábados, às 14:00 horas. Este último é o preferido pelos diaristas, geralmente contratados de fora da comunidade, e que dependem de um ordenado semanal para as compras de sábado.

Já o pequeno proprietário prefere a empreitada, pois assim consegue terminar o serviço antes do tempo e se dedicar às tarefas de sua própria lavoura. Existem dois tipos básicos: uma é por produção - por exemplo, por pé de café capinado - a outra é por trecho, isto é, marca-se um trecho e estipula-se um valor. Quando terminado, o “companheiro” recebe o valor combinado.

Lênin (1982) analisara o fenômeno da diferenciação nas comunidades camponesas. Este seria o processo pelo qual o campesinato se transformaria em duas classes distintas no meio rural, uma a burguesia agrária, e a outra o proletariado rural. Tal processo pode não ter-se desenhado como analisado por ele, mas existem evidências empíricas que ocorrem diferenças que podem se acentuar ou atenuar.

Na comunidade de Pedra Roxa o caso descrito da meação pode servir como referência de uma base diferenciada entre os agricultores. Nela, há uma dupla possibilidade, tanto de ascensão, como de queda de renda das categorias parceiro sem-terra e parceiro com-terra.

Pode ocorrer que a família do parceiro sem-terra disponha de muitos braços para o trabalho, fazendo com que a produção da lavoura possa ser suficiente para gerar um recurso que lhe permita uma ascensão, adquirindo sua própria terra. Entretanto, pode ser o contrário, levando-o a uma situação de queda de renda e proletarização.

Pode ocorrer também que o parceiro com terra não disponha de uma força de trabalho familiar capaz de lhe gerar renda suficiente para sua ascensão; ao contrário, pode ser que prefira se desfazer de uma parte de sua terra, vendendo-a ao próprio parceiro sem terra. Mas, ao contrário, mesmo não possuindo muitos braços de sua própria família, o parceiro com terra pode diminuir seus custos quando usa a meação, favorecendo o aumento do seu patrimônio.

3.7 Comunidade, cultura, religião, política

Os moradores dizem que no passado havia maior animação na comunidade:

“...quando tudo era mata, tudo era muito difícil, o povo era mais animado. Hoje, que tudo é mais fácil, o povo é um desânimo só [...] Antigamente tinha festa toda quarta e todo sábado, de repente juntava uma turma e ia pra casa de uma pessoa qualquer para dançar.” [R.L., entrevista em 09/01/97]

Muitos entrevistados revelam uma certa mágoa em razão das mudanças acontecidas nos últimos tempos. Reclamam que os acontecimentos de hoje não são como os de antigamente e que a culpa foi da influência do modo de viver na cidade.

Segundo depoimentos, as festas de casamentos duravam três dias, um dia antes e outro depois. Tinha muita fartura: cabrito, frango e porco assado; bolo e outras quitandas. Era uma ocasião em que os parentes se reuniam e a comunidade toda era convidada. Maio, junho e

julho ainda são os meses mais festejados; coincidem com a época de pouca chuva e da colheita do café. As festas começavam já quando terminava a quaresma, com dias de muitas orações e penitências. Os calendários religiosos eram seguidos à risca:

“No mês de maio, do dia primeiro a 31, todos os dias tinha reza com leilões e prendas.” [R.L., entrevista em 09/01/97]

Junho é o mês que ainda se comemora a festa de Santo Antônio, no dia 13; e no dia 24 é a festa de São João, padroeiro da comunidade, com fogueiras e quadrilhas. Além dos feriados e dias de santo, o ano prosseguia com outras festas e comemorações religiosas na comunidade e comunidades vizinhas. Nas festas de fim de ano a Folia de Reis era um acontecimento importante,

“...havia mais espírito. Hoje o alcoolismo tomou conta da folia, tirando o seu caráter sério.” [A.P., entrevista em 15/01/97]

Muitas relações foram se solidificando através do tempo, entre elas a relação de compadrio. Ela surgiu numa época em que as dificuldades de se vencer os obstáculos do desbravamento impunha que as famílias tivessem entre si laços de solidariedade e dependência. Ainda hoje, embora não como antigamente, o meio é adverso, forçando as pessoas a viverem e resolverem os problemas dentro de suas redes de influências, esforçando-se, inclusive, por manter antigas tradições.

Há várias declarações de que antigamente chovia muito: 30, 40, 60 dias sem parar. No mês de seca fazia-se a derrubada e a queimada, além de ser época da colheita do café. Tudo isso estimulava a prática do mutirão, que era quase sempre acompanhado de festa ao final das tarefas.

“...usava mutirão pra tudo, colher café, fazer roça, barreiro de casa, se tivesse doente, ajudava encher paiol.” [N.C., entrevista em 13/01/97]

Construía-se uma casa rapidamente com o método do mutirão. Dizem que as pessoas eram unidas e solidárias, uns procuravam ajudar nas dificuldades dos outros. O ato da construção da moradia era uns dos mais importantes para a consolidação dessas práticas dentro da comunidade. A moradia significava fixar raízes, ser membro de um grupo social, se integrar num conjunto de relações sociais e culturais. Não havia distinções, seja para um filho de morador que acabara de se casar, ou para alguém que vinha de fora: todos que dela necessitassem obtinham sua casa, e para garantir isso a participação em mutirões era fundamental:

“...não sei de onde saía tanta gente.” [N.C., entrevista em 13/01/97]

As paredes eram feitas de ripas de palmito entrelaçadas, onde se juntava o barro - “*terra massapé, terra colenta*” - os paus eram fincados ao chão, quase sempre braúna, e os esteios podiam ser de canela. Enquanto uns faziam o enripamento os outros iam preparando o barro. Este podia ser amassado com o pisoteio dos homens, ou mesmo de uma junta de boi. Quando pronto, era transportado numa padiola, espécie de gamela.

As telhas eram feitas das tabuinhas, ou tabúia, feitas de canela ou de ipê. Serrava-se a árvore no tamanho certo e depois com um facão muito bem amolado o mestre fatiava, uma após outra. O engradamento do telhado também era feito de palmito. O chão era de tábua corrida, e não precisava ser de madeira muito boa. Terminado o assoalho, o telhado e o barreio, acontecia a comemoração final, geralmente um rico almoço preparado pelas mulheres.

Parte da positividade destas falas está associada à existência de um enorme “fundo de fertilidade natural”, portanto à abundância de alimentos. As festas, cerimoniais e práticas de ajuda mútua tendem a coincidir com uma época do ano de fartura de alimento, por exemplo, nas colheitas. De outro lado, tal discurso se refere a uma fase na vida do narrador em que ele era jovem, portanto, de maior vitalidade para o trabalho e outras atividades.

A participação nas decisões do município e da comunidade é efetivada através dos membros eleitos para o poder executivo e o legislativo. Muitas reivindicações se diluem nos canais oficiais, havendo também interesses diversos de grupos aliados e fora do poder, sendo que as disputas eleitorais são palco de muitas controvérsias, resultando, quase sempre, em projetos e assistências mal definidas e para fins eleitorais. As categorias mais prejudicadas são os pequenos agricultores que na maioria das vezes não conseguem fazer valer seus interesses.

3.8 Relação com mercados e integração

A economia camponesa produz meios de subsistência e mercadorias. Estas são resultantes de excedente do consumo alimentar ou produção direta para venda no mercado. A venda de mercadorias está associada à compra de meios de vida e meios de produção não produzidos na unidade. Desse modo, o camponês vende seu produto num mercado competitivo e compra outros produtos num mercado oligopolizado (Graziano, 1983; Kautsky, 1968; Guimarães, 1982).

Todo processo mercantil nas sociedades camponesas é um processo de expropriação. Quando o camponês produz para o mercado e se submete a uma troca desigual, está sendo subtraído de parte de seu excedente. Contudo, ele desenvolve resistências e críticas, procura fugir dessa expropriação. Assim, reclama sempre das suas condições de venda, e para produzir ele sacrifica o lazer, ócio e consumo, sempre para ter garantias de uma sobrevivência mínima.

O café sempre foi a principal cultura destinada ao mercado em Santa Bárbara do Caparaó (Ibitirama). Desde o início do século ele compõe a paisagem agrícola. O clima favorecia a cultura e as terras de matas virgens recém-derrubadas eram fertilíssimas, proporcionando ótimas colheitas.

Os primeiros compradores de café que chegaram ao Município eram de origem árabe. Vieram como simples mascates e através de um talento próprio para negócios - para alguns “perverso” - fizeram fortuna como negociantes de madeira, café e outros ramos comerciais. O primeiro contato foi com as madeiras de cedro sobre os terrenos desmatados. Fizeram delas uma importante mercadoria, até então não explorada. Como já observado, o comércio do cedro foi intenso.

Com o negócio das madeiras, que eram exportadas pelo porto de Vitória com destino ao Rio de Janeiro, os árabes adquiriram capital suficiente para o ramo de compra e venda de café, montaram armazém e comércio de mercadorias. Tal ramo exigia concessão de créditos aos produtores com o pagamento, acrescido de juros, em mercadoria café.

Os negócios foram crescendo e os compradores, sírios-libaneses, foram ficando cada vez mais ricos, inclusive como proprietários de terras de devedores que não puderam saldar suas dívidas. Tudo culminou com a crise de 1929, havendo queima de sacas de café e tudo mais. Muitos proprietários endividados e sem nenhuma condição de pagamento se reuniram e, numa ação radical, resolveram expulsar os “turcos” do Caparaó:

“...quem coordenou a manobra foi o Osvaldo Marcelino, é o povo que revolucionou e expulsou os “turcos” [...]. Eles saíram correndo daqui, foram pra Alegre e ficaram de voltar. O pessoal foi pra ponte do Araçá esperar pra encubar eles no cartucho.” [M.F., entrevista em 18/01/97]

Os “árabes” foram bode expiatório de um processo que é parte intrínseca da economia camponesa. Além dessa crise, vieram outras crises, quase sempre associadas à variação do preço no mercado internacional e, no entanto, mais ninguém foi expulso do município por esse motivo.

Posteriormente outros comerciantes de café progrediram e também fizeram fortuna com a compra de café dos produtores e a posterior revenda. A cadeia se estendia até a cidade de Alegre, onde havia grandes atacadistas e exportadores. Muitos de origem árabe; entre eles, até os que foram expulsos do Caparaó e que conseguiram se restabelecer nessa cidade. Além das péssimas condições para barganhar, os juros altos castigaram os agricultores:

“...comprador de café é que vivia dando prejuízo pros'outros aí.”
[S.P., entrevista em 16/01/97]

No passado, o carregamento do café e de outros produtos era em tropa de burro, cada burro levava dois sacos de 60 kg, tão longas e difíceis foram essas viagens:

“tinha cada um caldeirão, animal pisava aqui, pisava lá, não tinha esse negócio de andar depressa, não.” [S.P., entrevista em 16/01/97]

O recebimento pelo pagamento da colheita era a garantia das compras na cidade de outros gêneros não produzidos na roça,

“na época que casei plantava milho à meia, fui para o Alegre comprei um terno de linho branco, fui de burro, comprei macarrão, faca, panela, nessa época não tinha estrada, tinha caminho pra cavaleiro, gente a pé [...]. Teve um ano que plantei milho e quase ninguém colheu, vendi um carro de milho, nessa época era 15 mil réis o carro, ninguém queria milho. Nessa época que houve uma colheita muito vasqueira mesmo, eu vendi um carro por 90 mil réis, nesse ano é que eu fui feliz, porque ninguém tinha colheita, foi esse ano que casei, fui em Alegre e comprei as coisas tudo lá.” [S.P., entrevista em 16/01/97]

Participavam, assim, os agricultores de uma transação desigual, não possuindo boas condições de barganha, devido a alguns fatores como: difícil transporte das mercadorias; falta de maiores informações sobre os preços; necessidade de liquidez para efetuar compras necessárias para uma melhor sobrevivência na Serra e a enorme abundância de gêneros colhidos em solos férteis de mata virgem recém-derrubada. Tudo isso contribuía para uma grande desvantagem na venda dos produtos. Mas, o principal fator responsável pelos lucros dos comerciantes sempre foi a irregularidade da produção dos agricultores: em períodos de safra há elevação da oferta forçando a queda dos preços. A baixa capacidade de estocagem das colheitas obrigam também os camponeses a comercializarem em condições desfavoráveis.

A integração com os mercados urbanos foi crescendo ao mesmo tempo que cresceu a oferta e a variedade de mercadorias produzidas na comunidade. A ampliação dos mercados possibilitou a abertura e melhoria das estradas, facilitando ainda mais o escoamento. Uma fonte riquíssima de recursos foi violentamente depredada, que era a mata virgem. A partir de meados da década de 40, passaram a sair caminhões e mais caminhões de cedro com o desmatamento da região da Pedra Roxa.

Nessa época, praticamente, só se comercializava o cedro; outras madeiras não foram tão exploradas. Mais recentemente, quando o “decreto” proibiu a derrubada da mata, diminuiu drasticamente a exploração de madeira. Além da madeira e do café, os produtores passaram a vender uma maior variedade de produtos na sede do município, com a melhoria de sua infra-estrutura comercial. Este deve o seu crescimento à sua posição geográfica que favorecia à intermediação dos negócios com as cidades maiores.

Nas décadas de 1950 e 1960, havia entrepostos de compra e venda de galinhas para os caminhões coletores que as transportavam vivas. Em quase todos os postos de venda, em cima do balcão, havia bandas de porcos partidos ao meio. Produtos como milho, arroz e feijão sempre foram os mais tradicionais para o comércio local. De outro lado, a vila se equipava de um comércio rico em variedades agrícolas e também de gêneros industrializados, originados dos centros urbanos para a venda no município.

A utilização de máquinas, equipamentos e insumos industriais passou a ser intensiva a partir da década de 70, quando havia financiamento a juros baixos. O estímulo à agricultura local, associado ao novo pacote tecnológico, veio acompanhado de restrições à queimada e derrubada de florestas. Sem os meios de realizá-la, e sujeito à pesada multa, o agricultor passa a utilizar intensivamente as áreas já desmatadas, mas com necessidade crescente de utilização de adubos e corretivos químicos.

Se havia a possibilidade de novos investimentos com juros menores em relação ao capital usurário local, estes investimentos foram feitos a partir de um pacote tecnológico que não levou em consideração as características peculiares e específicas de sistema de culturas e criações historicamente adaptados para um modo de vida dos produtores da comunidade.

As restrições a esse tipo de financiamento foram aumentando, culminando com a crise geral do Sistema Nacional de Crédito Rural, no início da década de 1980, voltando a ter força formas mais antigas de dívidas. Hoje em dia são comuns os débitos com os compradores de café e grandes fazendeiros. Alguns exemplos apurados mostram que o camponês requer um determinado número de sacas de café emprestadas, pagando após cada 10 meses 1 saca a mais por cada 10 tomadas como empréstimo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 Agricultura Familiar e Administração Rural

Grande parte das teorias de gestão e teorias microeconômicas foram formuladas para o caso das firmas e empresas rurais. Entretanto, tais teorias raramente se ajustam ou encontram aplicabilidade para a agricultura familiar. Toda empresa busca a maximização do lucro minimizando os custos de produção, para isso, podendo utilizar-se tanto da aplicação de tecnologias avançadas, quanto da melhoria da produtividade do trabalho. Assim fazendo, a tendência é a diminuição do peso do trabalho no processo de produção, elevando-se a composição orgânica do capital na empresa (Marx, 1975 ; Silva, 1995). Um exemplo típico é a substituição de parte da força de trabalho por máquinas e equipamentos, que fazem o mesmo serviço e com uma produtividade muito mais elevada. Como diz Graziano (1982), a mudança tecnológica na agricultura tem como principal objetivo a potencialização do trabalho. No caso da elevação da produtividade do trabalho, se um trabalhador, por exemplo, passa a trabalhar o equivalente a dois, resultará também na redução da mão-de-obra necessitada pela empresa.

De outro lado, agricultura familiar não se ajusta ao modelo teórico porque existem fatores intrínsecos à sua dinâmica que contradizem a tendência à economia de mão-de-obra, já que nesse tipo de agricultura o peso do trabalho da família se constitui no principal fator produtivo, acima do valor comumente dado à extensão de terra e ao aparato tecnológico, como mostra Chayanov (1974). Desse modo, a taxa de lucro capitalista não serve como referência para analisar o desempenho de uma unidade de produção familiar, pois esta utilizará, tanto quanto for possível, de sua força de trabalho, em prejuízo de qualquer outro fator, para que haja garantias de um consumo mínimo da família, podendo contrariar a lógica da racionalização dos fatores produtivos para a obtenção de uma taxa média de lucro.

Além disso, a agricultura familiar possui um vínculo fundamental com o meio ambiente, apresentando formas particulares de ajustes sociais e ecológicos, variando no tempo e no espaço. No primeiro caso, o desenvolvimento histórico da sociedade, através da definição de determinados sistemas políticos, econômicos e ideológicos, influencia enormemente a exploração do meio ambiente e o modelo de agricultura utilizado. No segundo caso, a própria natureza oferece uma fonte muito variada de recursos e possibilidades de exploração, onde o desenvolvimento da técnica se dá adaptando-se às condições agroecológicas de cada ambiente específico.

As transformações ambientais e populacionais são as responsáveis por gerar mudanças na organização do trabalho, com a finalidade de adaptação aos novos processos técnicos. Assim, a diversidade de formas de ajustes com a natureza revelam que a economia camponesa é específica, por também ser específico cada meio de exploração agrícola. Esta associação entre este tipo de economia e o meio ambiente, faz com que ela não seja inteiramente regulada pelas leis do mercado. Entretanto, as situações que levam ao desequilíbrio dessa associação faz com que a agricultura familiar fique mais exposta a elas.

Enquanto a reprodução das empresas rurais segue as normas da acumulação capitalista, tendo como principal objetivo o lucro, a reprodução das unidades camponesas se determina por outros parâmetros, como normas de sucessão, cultura e técnica, que não estão descritas pela literatura empresarial. Na comunidade de Pedra Roxa, a reprodução da unidade familiar está condicionada, sobretudo, pelos padrões de herança, pela cultura da comunidade rural, pelas relações de dependência entre as famílias, pelo casamento entre os filhos dos agricultores e pelos sistemas técnicos de exploração do meio ambiente. O maior peso destes fatores definem a permanência no meio rural, caso contrário, a degradação dos recursos físicos e desequilíbrios na organização sócio-cultural tende a levar à emigração.

4.2 Agricultura Familiar e Sustentabilidade

A conformação atual da comunidade tem possibilitado a utilização de três sistemas técnicos de plantios adequados aos agricultores de Pedra Roxa. Tais sistemas, com utilização diferenciada de pousio do solo em três áreas - as várzeas, meia-encostas e encostas elevadas - tem permitido que, em cada situação particular, seja constituído uma sistema específico de exploração

agrícola, ajustado ao meio ambiente, de forma a proporcionar a recuperação da fertilidade perdida pelos cultivos, definindo, assim, um determinado espaço de autonomia camponesa como alternativa à utilização de sistemas intensivos e de alta tecnologia.

O primeiro é o sistema de cultivo em várzeas - essas áreas são naturalmente férteis, além de não sofrerem o processo de erosão. Suas relações com a casa estão diretamente vinculadas ao sustento familiar, pois apresentam-se de excelente qualidade para o cultivo de gêneros alimentícios. A intensidade agrícola nas várzeas se caracteriza pelo sistema de pousio curto: os plantios são anuais, e somente após cultivos sucessivos uma determinada área é transformada em pasto por 2 a 3 anos, até que ela se fertilize novamente e esteja apta ao cultivo.

O segundo é o sistema de cultivo em áreas de meia-encosta - estas áreas apresentam boa fertilidade para a cultura do café. Entretanto, quando a cultura começa a apresentar sinais de esgotamento, corta-se os pés e a área é transformada em pasto. Antes disso, porém, uma nova lavoura já está formada numa área anteriormente ocupada por pasto. Seu uso agrícola se caracteriza, assim, pelo pousio de média duração.

O terceiro sistema é o cultivo em áreas de encosta elevadas - são áreas de inclinações acentuadas, sujeitas à erosão e de menor fertilidade. Existem muitas áreas de capoeiras. Parte delas são substituídas pelo café em períodos de prosperidade da cultura, sendo que, em períodos de crise, são abandonadas para descanso e fertilização. A sua intensidade do uso agrícola se caracteriza pela utilização de tempo de pousio de média duração. O pousio de longa duração é menos freqüente, ocorre quando há a substituição de matas virgens ou secundárias pela cultura do café.

Os agricultores da comunidade de Pedra Roxa utilizam, assim, amplamente, os sistemas de pousios do solo, pois tais sistemas são responsáveis por uma agricultura com certo espaço de autonomia e sustentabilidade, na medida em que estabelece um equilíbrio com a natureza e tendo como finalidade a preservação dos seus recursos, que são finitos. De outro lado, a intensificação dos cultivos aumenta a dependência do mercado e a possibilidade de degradação ambiental.

A devastação da Mata Atlântica acabou, assim, por finalizar o antigo sistema de plantio itinerante. As novas formas de ajustes agroecológicos acontecem ao mesmo tempo que aumenta a necessidade de utilização cada vez mais intensiva do solo proporcionada pelo crescimento e reprodução das unidades familiares.

Como mostra Boserup (1987), a pressão demográfica exige a passagem aos sistemas intensivos de uso do solo. Deste modo, a fragmentação das unidades foi resultante, principalmente, do processo de herança, com a terra sendo dividida igualmente para todos os filhos. A possibilidade de todos os filhos formarem sua família e sua unidade produtiva elevou a densidade populacional na comunidade, resultando também no escasseamento de terra. De outro lado, a não possibilidade de passar aos sistemas intensivos, de altas produtividades em pequenas áreas, fez com que o padrão de herança se tornasse seletivo para apenas um ou outro filho, forçando os demais a abandonarem a comunidade.

Na atualidade, a falta de uma política de créditos e incentivos também inviabiliza a mudança técnica para padrões intensivos. Segue-se o conhecimento transmitido de pai para filho com uma racionalidade própria que se justifica em si mesma, quando é ela que consegue prover os meios de subsistência das famílias. Antes da adoção de técnicas intensivas, está o sentido da preservação e reprodução dos conhecimentos de manejo dos recursos naturais. Mesmo que sejam formulados novas políticas e programas específicos para a agricultura familiar, por parte do Estado, deverão eles superar o modelo segundo o qual a conquista de abundância alimentar exige necessariamente a degradação ambiental (Veiga, 1994).

O prejuízos causados para a comunidade por ações contra o meio ambiente podem ser de proporções a desencadear desequilíbrios e mudanças na organização do modo de vida dos moradores. O empobrecimento das relações com o meio ambiente pode levar, inclusive, à situação de crise alimentar. Infelizmente, as regras hegemônicas do mercado, principalmente refletidas no modelo de revolução verde, desconsideram a existência do meio ambiente como a razão de ser da sociedade (Guimarães, 1995).

4.3 Agricultura Familiar e Economia de Mercado

A comunidade de Pedra Roxa apresenta-se, cada vez mais, efetivando relações com o mundo externo, de um mundo onde o que havia era “muita mata”, para o mundo das mercadorias. A situação de precariedade de grande parte dos agricultores da comunidade advém de trocas desfavoráveis com o mercado. Entretanto, existem alternativas informais ao mercado, por exemplo, as trocas entre os agricultores envolvem relações que visam atender as exigências de preservação da comunidade. Assim como a venda direta a consumidores em pequenas feiras e,

muitas vezes, de casa em casa, garantem uma melhor remuneração dos produtos. As trocas entre os agricultores e suas participações em feiras são elementos fundamentais na economia camponesa (Garcia Júnior, 1990).

De outro lado, espaços de autonomia camponesa são criados a partir de sistemas técnicos ajustados à lógica da preservação ambiental, como alternativa à lógica de expansão do mercado. Contudo, a manipulação dos recursos naturais pelos agricultores, que os utilizam para prover os meios de vida necessários à subsistência, está condicionada à disponibilidade de área, pois os sistemas de cultivos em pousio são por natureza extensivos. Adquire, assim, fundamental importância para a maximização do trabalho na família camponesa, a disponibilidade de terra, tanto para o cultivo, quanto para a permanência em pousio.

Entretanto, a reprodução dessas famílias dependerá, sobretudo, da ação do Estado para dar fim aos interesses especulativos do mercado de terras, que resultam em preços elevados, que limitam e impossibilitam muitos filhos de agricultores de adquirirem uma área de terra para formar sua família e uma nova unidade produtiva. A elevação da densidade populacional no interior da comunidade é um dos aspectos fundamentais na definição dos sistemas de plantio, no sistema de herança e na emigração para o meio urbano.

Políticas de créditos subsidiados seriam, a princípio, as mais solicitadas para a continuidade e efetividade das famílias de pequenos produtores. No entanto, tais políticas poderão ter um efeito diferenciador. Aliás, qualquer medida a ser tomada encontrará na base uma resposta desigual. Se esta desigualdade estiver associada a uma maior integração com o mercado, este tratará de fazer uma “pressão seletiva” entre os agricultores, remunerando mais alguns e menos outros. Evidentemente que, apesar dos agricultores da comunidade de Pedra Roxa apresentarem laços de interesse comuns e formas de produzir, viver e trabalhar mais ou menos homogêneas, não podemos deixar de considerar que, apesar de tudo isso, existem divergências, conflitos de interesses e contradições próprias a toda organização social.

É necessário, assim, para evitar a ação diferenciadora do mercado, que qualquer ação intervencionista tenha um caráter de resgate social e econômico dos marginalizados. Se a extração do excedente agrícola é inevitável pela própria natureza do capitalismo, que haja mecanismos compensatórios que garantam, sobretudo, a sobrevivência e a preservação das unidades produtivas em seu conjunto, principalmente para aquelas com maiores dificuldades, evitando o abandono do campo, a proletarianização e a pauperização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Campinas: UNICAMP, 1990. 354p. (Tese Doutorado em Sociologia).
- ALENCAR, E.; MOURA FILHO, J. A. de. **Caracterização sócio-econômica de unidades de produção no campo.** Lavras: ESAL, 1988. 27p. (Mimeografado).
- ALENCAR, E. **Pesquisa qualitativa.** Lavras: UFLA/DAE, 1996. 126p. (roteiro de aula).
- BALESTRERO, H. L. **O povoamento do Espírito Santo: a marcha da penetração do território.** Vitória: Escola Tipográfica, 1976. 250p.
- BIASUTTI, L. C. **No coração capixaba, 120 anos de história da mais antiga colônia italiana no Brasil:** Santa Tereza-ES. Belo Horizonte: Barvalle, 1994. 186p.
- BITTENCOURT, G. A. de M. O café na formação da infla-estrutura capixaba (1870/1889). In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **O café no Brasil.** Rio de Janeiro: Aggs Indústrias Gráficas, 1978. 151-180p.
- BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica.** São Paulo: Hucitec/Polis, 1987. 141p.
- BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano.** Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181p.

- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1975. 284p.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 339p.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA - DEE. **Informações municipais do Estado do Espírito Santo - 1994**. Vitória, DEE, v. 1, 1994.
- DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 - 1985**. Campinas: UNICAMP, 1985. 240p.
- FERRAZ, M. P. **Alegre, a terra e o povo**. Alegre: Jornal Mensagem, 1986. 182p.
- FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 340p.
- GARCIA JR., A. R. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1990. 284p.
- GRAZIANO, J. da S. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 125p.
- GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 362p.
- GUIMARÃES, R. P. O desafio político do desenvolvimento sustentado. **Lua Nova: Revista de Cultura Política**, Rio de Janeiro, n. 35, p.113-136, 1995.
- HAVENS, A. E. **Transformacion de la agricultura: acumulação del capital y el Estado**. Madison: University of Wisconsin, [1985?]. 42p. (mimeografado).

- KAGEYAMA, A. (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G.C.; Gasques, J.G.; Villa, V.C.M. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. Cap.2, p.113-225. (Série IPEA, 127).
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 328p.
- LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402p. (Série Os Economistas).
- LOUREIRO, M. R. G. **Terra, família e capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo**. Petrópolis: Vozes. 1987. 182p.
- MARRE, J. L. A. Teorias sobre o campesinato: formação discursiva. **Revista Adverso**, Porto Alegre, v.3, n.2, p.34-36, jul./ago. 1991.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.
- MARTINS, J. de S. **O cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1986. 157p.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 933p.
- MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978. 112p.
- OLIVEIRA, F. de. **A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1988. 87p.
- OLIVEIRA, J. T. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1951. 534p.

- PESSAMILIO, H. M. R. A dinâmica social do café. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **O Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Aggs Indústrias Gráficas, 1978. p.3-38
- QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira; O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Difel Difusão Editorial, 1985. n.1, p155-190.
- RESENDE, M.; LANI, J. L.; FEITOZA, L. R. **Assentamento de pequenos agricultores no Estado do Espírito Santo: ambiente, homens e instituições**. Vitória: ENCAPA, 1993. 152p.
- RIBEIRO, E. M. As invenções de migrantes. Travessia: **Revista do Migrante**, São Paulo, v.6, n.17, p.27-30, set/dez. 1993.
- RIBEIRO, E. M. Terra, fazenda e propriedade na história no Brasil. In: RIBEIRO, E. M.; VEIGA, J. E. da; LORENA, C. **História Rural e Questão Agrária**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997. 1-39p.
- RIBEIRO, E. M. **Trabalho, organização familiar e produção agrícola numa comunidade camponesa da Zona da Mata de Minas Gerais**. Lavras: UFLA/DAE, 1997. 9p. (Mimeografado)
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 347p. (Coleção Os Pensadores).
- SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978. 182p.
- SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista**. In: CEBRAP, Estudos CEBRAP 19, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, 1980, 80p.

- SILVA, C. R. L. da. **Inovação tecnológica e distribuição de renda: impacto distributivo dos ganhos de produtividade da agricultura brasileira.** São Paulo: IEA, 1995. 74p. (Coleção Estudos Agrícolas, 2).
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 151p.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. 175p.
- VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Hucitec, 1991. 219p.
- VEIGA, J. E. da. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Revista de Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 24, n. especial, p.9-29, 1994.
- WANDERLEY, M. de N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 1, p.13-78, jan. / abr. 1985.
- WILKINSON, J. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção.** São Paulo: Hucitec, 1986. 219p.
- WOLF, E. R. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150p.